



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

**A PRODUÇÃO DA CIDADE EM ÁREAS
AGRÍCOLAS ESPECIALIZADAS: O CASO DE
LUCAS DO RIO VERDE - MT**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ISRAELLA PIRES ALVES GABRIG

RIO DE JANEIRO – RJ

2017

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um exercício de humildade e de reconhecimento das pessoas e tudo que nos cerca que contribuíram ao longo de uma caminhada em busca de um objetivo. A minha caminhada não foi fácil, mas poderia ter sido muito mais difícil sem o apoio de algumas pessoas fundamentais, que me estenderam as mãos, que me ouviram e aconselharam sempre quando necessário. Portanto, se torna fundamental agradecer.

À Professora Júlia, que sempre me guiou na universidade como orientadora e mentora, passando muito ensinamento acadêmico e de vida;

Ao grupo NUCLAMB, que dividia as frustrações, alegrias, estudos e as festas do laboratório;

Aos professores que estiveram presentes ao longo da minha jornada acadêmica, e principalmente aos que compuseram a minha banca de qualificação, estimulando sempre a pensar, a problematizar e a exercitar novos olhares para minha pesquisa;

À Prefeitura de Lucas do Rio Verde, sempre solícitos em todos os trabalhos de campos realizados no município, assim como nos contatos via e-mail;

À minha família, que manifestavam alegria em minhas conquistas e preocupação em momentos de incertezas, demonstrando orgulho e apoio;

Ao Luiz, companheiro de todos e de qualquer momento, apoiando em todas as decisões da minha vida, se tornando o meu maior e mais forte porto seguro;

RESUMO

O agronegócio começou a crescer a partir dos anos 1980 no Cerrado do Centro-Oeste e houve, simultaneamente, a criação de espaços urbanos funcionais a esta atividade. No mesmo período, na BR-163 mato-grossense, o município de Lucas do Rio Verde se destacou pelo intenso crescimento no setor do agronegócio. Inicialmente, o município cresceu voltando-se apenas para as atividades dos grãos (soja e milho), mas nos anos 2000 passou a agregar a industrialização de carnes (aves e suínos) com o propósito de diversificar a produção. A presença da indústria de carnes, por estar fortemente vinculada à cadeia de grãos, promoveu novas demandas no campo e na cidade, o que vem refletindo intensas transformações de ordem material e social em ambos os espaços. Inserido em um cenário O objetivo desta dissertação é analisar a produção do espaço em Lucas do Rio Verde desde a sua colonização na década de 1980 até as transformações operadas pela chegada da cadeia de carnes na década de 2000, a qual passou a ser considerada uma referência de cidade do agronegócio na região.

Palavras chave: agronegócio, Lucas do Rio Verde, BR-163, cidade do agronegócio e produção da cidade

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo 1- O processo de colonização de Lucas do Rio Verde no contexto da expansão da fronteira agrícola moderna	14
1.1 - O contexto da expansão da fronteira agrícola na década de 1970/80.....	18
1.2- O processo de colonização de Lucas do Rio Verde e primeiro ciclo migratório...24	
1.2.1- <i>Meados de 1976 – 1990: a atração pelos grãos e os “pioneiros” de Lucas do Rio Verde</i>	28
Capítulo 2- O primeiro período econômico de Lucas do Rio Verde e seus reflexos na cidade (1980/2005)	38
2.1- O primeiro período econômico de Lucas do Rio Verde: a evolução da soja e do milho	40
2.2- A cidade: suas funções e relações com o campo	43
Capítulo 3 - O segundo período econômico em Lucas do Rio Verde e seus reflexos na cidade (a partir de 2005)	57
3.1- O segundo período econômico de Lucas do Rio Verde: a chegada da agroindústria de carnes	59
3.2- A cidade: as transformações com a chegada da cadeia de carnes e o atual cenário da área urbana	67
3.3. Alguns agentes modeladores da cidade: uma breve análise	79
3.3.1 – <i>O agente do poder público</i>	81
3.3.2 – <i>Os agentes do poder privado</i>	82
3.3.3 – <i>Os agentes sociais excluídos</i>	84
Considerações finais	87
Bibliografia	90

Introdução

A expansão do agronegócio no cerrado mato-grossense ocorreu a partir dos anos 70 com a introdução da produção de soja, que se intensificou e se consolidou nos anos 1990. Nos anos 2000, o setor passou a conquistar cada vez mais importância na balança comercial brasileira e projeção no mercado internacional. A crescente participação da atividade primária exportadora também foi responsável pela criação de novas urbanidades.

A produção de soja e de milho, principais *commodities* desses espaços, é extremamente tecnificada, necessitando de substanciais aportes financeiros e científicos, além de serviços especializados, frequentemente encontrados no ambiente urbano. Essa estreita relação entre o campo moderno e a cidade produtora de serviços e centralizadora de comandos gera um urbano diferenciado e especializado em suprir as demandas do agronegócio.

Essas cidades, de caráter corporativista e voltadas exclusivamente para as atividades do campo moderno e para as agroindústrias, são denominadas por Denise Elias (2006) de “cidades do agronegócio”, que se destacam quase em sua maioria por serem cidades pequenas e médias e por possuírem suas funções e serviços voltados para o agronegócio, isto é, uma atividade com permanentes vínculos com a lógica global, tornando-se lugares ideais para o exercício do capital hegemônico e para a acumulação ampliada no setor.

Há implantação de técnicas, sendo elas escolhidas para receber investimentos privados; tornam-se palco de circuitos superiores do agronegócio globalizado; lócus das grandes transações e da transformação dos produtos primários, passando a integrar parte importante da rota dos circuitos espaciais de produção da cadeia carne-grãos (Elias, 2012).

Entretanto, o processo de produção das cidades não repercute homogeneamente no espaço. No caso de uma significativa parcela das cidades do norte mato-grossense, e principalmente na região concentrada da soja¹, algumas especificidades são encontradas:

¹ A região concentrada da soja é caracterizada por Bernardes (2007, p.6) como a área sob influência da BR-163 mato-grossense que se revela mais dinâmica, “... com forte concentração de soja, cuja fronteira interna

são cidades novas, fruto de projetos de colonização privada viabilizados pelo Estado através da apropriação de terras devolutas (ou não) por segmentos que detêm capital, modernas, projetadas desde o seu surgimento para atender as demandas do campo moderno, e com forte presença de migrantes da região sul do país.

Neste cenário se insere o município de Lucas do Rio Verde. A gleba Lucas do Rio Verde nasceu em 1982 a partir de um assentamento do Incra, muito embora, os registros apontem para a existência de migrantes na região antes deste período. Em 1986 passou a distrito de Diamantino, sendo emancipado em 04 de agosto de 1988.

Desde a sua fundação até o atual momento, apresenta duas marcantes fases econômicas: a primeira é configurada pelo agronegócio dos grãos, e o segundo pela inserção da cadeia de carnes, mais precisamente da Brasil Foods com o abate de aves e suínos, formando o que hoje conhecemos como cadeia carne/grãos.

Nesse sentido, a proposta desta dissertação é estudar a produção das cidades do agronegócio do cerrado mato-grossense desde 1985 à 2010, selecionando o município de Lucas do Rio Verde para a elaboração de uma metodologia a fim dar conta não só das especificidades encontradas nesse município, como também das características mais gerais encontradas na região do cerrado. A metodologia elaborada está voltada para o estudo da cidade Lucas do Rio Verde, porém, objetivando a aplicação para outros casos urbanos, analisando quais são os elementos que caracterizam e dão significado a este tipo de cidade.

Apesar de estarmos tratando de um tema pouco explorado pelos estudiosos na geografia e em outras ciências em geral, este é um tema importante que envolve diversas áreas do conhecimento geográfico, como a geografia agrária, econômica, histórica, urbana e regional. Talvez por ser um tema novo com fenômenos recentes, poucos autores podem ser citados, onde se destaca a autora Denise Elias como referência em estudos das cidades do agronegócio, tratando do caso da fruticultura no Tocantins. As atividades e serviços da fruticultura são bastante diferentes dos grãos e das carnes, envolvendo fixos e fluxos de outra ordem e, portanto, gerando outro tipo de urbanização. Nesse sentido,

ainda permite algum nível de expansão. Constitui a área produtora de soja mais antiga, onde os processos de expansão dos anos [19]80 já se encontram relativamente consolidados ...”. Os municípios que formam essa área são: Sorriso, Diamantino, Nova Ubiratã, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Tapurah.

estudos voltados para as cidades do agronegócio do cerrado mato-grossense são pouco encontrados nesta proposta metodológica.

Entretanto, a justificativa do estudo desta temática vai muito além da pouca expressividade de autores engajados no tema. Este é um fenômeno recente e expressivo, que abriga uma das principais atividades econômicas do país, promovendo grandes fluxos de capital, informações e de pessoas, transgredindo a escala local, perpassando pelas escalas regional, nacional e global, ou seja, este é um tema inter-escalar.

Compreender o papel das cidades do agronegócio, principalmente no que tange ao processo de urbanização do Centro-Oeste, nos auxilia também a entender os jogos políticos, as novas formas de dominação e o exercício do poder segundo os interesses das grandes empresas nacionais e internacionais. Para compreender a agricultura moderna que se instala e se consolida no cerrado é preciso compreender também o urbano, e como se realizou e se realiza até hoje a produção de cidades.

O município de Lucas do Rio Verde foi selecionado para representar o norte do Mato Grosso, uma faixa específica do Centro-Oeste no norte mato-grossense, tendo sua origem marcada pelo um projeto de colonização da década 1980 elaborado para resolver tensões sociais por terra que começava a tomar folego no Rio Grande do Sul.

O município se encontra na área concentrada da soja e abriga não apenas as atividades dos grãos, mas também a indústria da carne, configurando o que hoje conhecemos de cadeia carne-grãos. Com apenas vinte e sete anos de emancipação político-administrativa, ele vem se projetando há mais de uma década como um dos principais polos do agronegócio do estado de Mato Grosso, com valores expressivos de produção e produtividade de soja e milho, passando a produzir e distribuir gêneros alimentícios após a instalação da agroindústria de carnes, gerando um aumento expressivo no rebanho de suínos e aves no município e na região como todo.

A indústria que se instalou em 2008 em Lucas do Rio Verde foi uma das unidades da BRF Brasil², considerada uma das maiores empresas agroalimentícias, produtora e exportadora de carnes processadas do mundo, realizando no município o abate de aves e suínos, sendo responsável por mudanças significativas no estrato material e social da

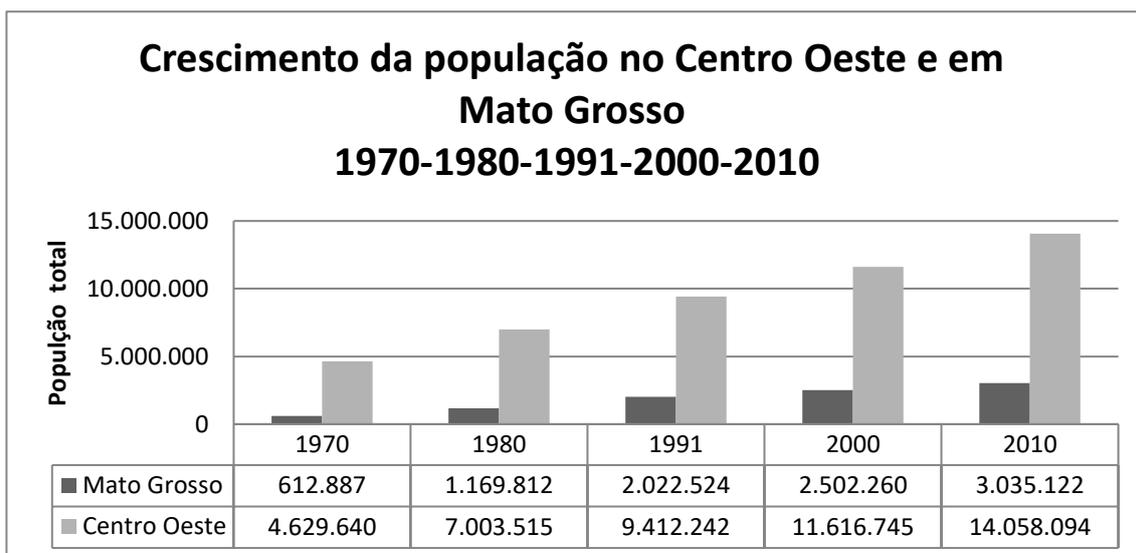
² A BRF Brasil, antiga BR Foods S.A. foi fundada em 2009 através da fusão das ações da Sadia S.A. ao capital social da Perdigão S.A.

cidade, reconfigurando também o campo não apenas neste município, mas em toda uma rede de colaboradores da região, alterando a composição do substrato material e social do ambiente urbano e rural de toda uma rede solidária ao circuito espacial produtivo da cadeia de carnes e grãos.

A expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste deu-se mediante a criação de cidades, planejando o fluxo migratório e estímulos a empreendimentos agropecuários que representassem investimentos de longo prazo em tecnologia e produção (LIMA, 2008 e BERNARDES, 2007). Dessa forma, podemos afirmar que o avanço e crescimento do agronegócio em Mato Grosso, assim como no cerrado como um todo, é indissociável do crescimento quantitativo de novos municípios no estado e na região. Para constar em números, temos em 1980 no estado de Mato Grosso 38 municípios, passando para 117 municípios em 1991, ampliando para 126 em 1996 e registrando 139 municípios em 2004 (IBGE). Atualmente são registrados 141 municípios, segundo o IBGE.

Quanto ao aumento populacional, os números também são bastante expressivos, revelando a eficiência dos planos de colonização e, por consequência, o grande número de migrantes atraídos para a região e para o estado. No gráfico 1 é possível observar a evolução populacional crescente desde 1970 até 2010, contudo, o grande salto se concentrou entre 1970 e 1980, alcançando 51% de crescimento na região e 91% em Mato Grosso, período de maior acúmulo de políticas desenvolvimentistas naquela área.

Gráfico 1



Fonte: SIDRA/IBGE. Elaboração: Israella Gabrig, 2016.

Deve-se destacar que a maioria dos recém-criados municípios está localizada na parte norte do território, área de avanço da fronteira agrícola, o que consolida a ideia de que com a expansão do agronegócio há conjuntamente a criação de novas cidades. Lucas do Rio Verde encontra-se nesse contexto de novos municípios, surgindo em 1989, inicialmente com produção de grãos, voltada para o mercado externo.

Entretanto, o processo de produção de cidades não repercutirá homogeneamente no espaço e tampouco no tempo, criando os mesmos arranjos. A cada tipo de cultivo e produção (seja soja, carne, cana-de-açúcar, frutas, café e outros), há a geração de necessidades de diferentes serviços, portanto, de distintos graus de complexidade de suas urbanidades.

Contudo, apesar dessa heterogeneidade promovida pelos diferentes tipos de cultivo, organização e produção, ainda há nas cidades do agronegócio características em comum entre essas urbanidades, o que dá unidade a essas cidades. Independente da sua formação e produção, é a sua intensa exclusividade às demandas do agronegócio global, o que essencialmente forma uma cidade do agronegócio. Porém, em que medida a existência de cidades é fundamental para o funcionamento da agricultura moderna globalizada? Existe agronegócio sem cidade?

Para responder a essas indagações é preciso recorrer ao próprio conceito de agronegócio e à história local. Não faz muito tempo que a agricultura passou a ser vista como um amplo e complexo sistema que inclui não apenas as atividades dentro da propriedade rural (dentro da “porteira agrícola”) como também, e principalmente, as atividades de distribuição de suprimentos agrícolas (insumos), de armazenamento, de processamento e distribuição dos produtos agrícolas.

Na origem, o conceito surge em 1955 em Harvard com os pesquisadores Davis e Goldberg (1957) nascendo com a expressão “agribusiness”, significando “a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção dentro da fazenda; o armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos itens produzidos a partir deles”.

Segundo Mazzali (1999: p.), na segunda metade da década de 1960 houve um marco importantíssimo na literatura sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, que definiu um novo padrão de produção agrícola, passando a agricultura a ser

“caracterizada pela intensificação das relações agricultura/indústria e por alterações significativas nas relações sociais”.

Um dos motivos para a ocorrência desse corte analítico adotado foi a consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI), onde teríamos a articulação da agricultura com a indústria produtora de insumos e bens de capital, assim como também, com a indústria processadora de produtos agrícolas, ou seja, teríamos a indústria fortemente presente na agricultura tanto a jusante (insumos, máquinas, equipamentos e produtos químicos em geral), quanto a montante (colheitadeiras, processamento, embalagem, etc).

Portanto, com a mudança da base técnica, a agricultura passa a ser menos dependente dos recursos naturais e cada vez mais subordinada aos meios de produção gerados por um setor especializado da agroindústria (MAZZALI, 1999).

Todavia, nos anos 90 tornou-se necessária uma nova discussão sobre o novo padrão de modernização que estava emergindo no mundo e no Brasil, e os limites do enfoque teórico-metodológico representado pela noção de “complexo agroindustrial”. Segundo o autor, as intensas transformações da economia mundial que surgiram de um novo paradigma tecnológico assentado na microeletrônica, biotecnologia e novos materiais, tiveram efeitos sobre a organização da produção e a estrutura das relações econômicas internacionais, constituindo componentes fundamentais no novo cenário, passando ser ressaltada a tendência à globalização da economia.

O início do agronegócio no Brasil e a sua existência com relações com espaços reticulados, em redes, com as telecomunicações bem estruturadas, foi se configurando gradualmente. Nos anos 80, no Brasil, e principalmente no Centro-Oeste, distante das grandes capitais do Sudeste, as comunicações não estavam suficientemente desenvolvidas. O avanço técnico-científico-informacional ocorre a partir dos anos 90, entrelaçando espaços e sobrepondo tempos (SANTOS, 1994).

Porém nos anos 80, quando a região Centro-Oeste ainda não contava com infraestrutura informacional, já havia agricultura moderna de grãos voltada para o mercado externo. Em Lucas do Rio Verde, o plantio de soja se inicia no final dos anos 80, ou seja, o agronegócio já existia, mesmo que em uma realidade e contexto diferente da década seguinte. Se já existia o agronegócio dos grãos, então podemos afirmar que as

idades voltadas para essas atividades também estavam presentes? Neste caso sim, mas talvez por uma série de outras variáveis.

O cerrado sempre foi considerado um solo difícil de lidar com a agricultura, exigente de muita tecnologia de reparação, fertilização e mecanização. Sendo assim, a região Centro-Oeste, geograficamente distante dos grandes centros localizados no Sudeste e Sul, passou a receber empresas e tradings voltadas para suprir essa intensa necessidade.

Diferente da região Sul, região onde os produtores de pequeno e médio porte se organizam em cooperativas, no Centro-Oeste os grandes produtores atuam individualmente, adquirindo seus próprios recursos, para preparação do solo, plantio, colheita, armazenagem e reparos.

Portanto, considerando o grande número de produtores que precisam negociar diretamente com as tradings, a extrema necessidade de tecnologia para o cultivo dos grãos no solo do cerrado, a distância considerável dos grandes centros urbanos, é possível avaliar que a cidade foi necessária desde o princípio em Lucas do Rio Verde e no cerrado como todo, pois é no ambiente urbano que encontramos essas atividades e serviços.

O desenvolvimento de centros urbanos capazes de apoiar as atividades agroindustriais que ali se instalaram foi uma das metas estipuladas nos programas de colonização do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que ressaltava que tinham o objetivo:

“A promoção dos núcleos urbanos de ocupação, estrategicamente selecionados ao longo das grandes rodovias de integração nacional (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, e etc), bem como em função das potencialidades sub-regionais para o desenvolvimento agropecuário, agromineral e agroindustrial” (Br. Pres., II PND, 1974:90).

Ou seja, previa-se a dinamização de núcleos urbanos regionais, que teriam a função de conter o fluxo migratório e garantir o suporte para as atividades agropecuárias e agroindustriais. Nas regiões Norte e Centro-Oeste, tentar-se-ia investir nos centros urbanos localizados estrategicamente às margens de rodovias de integração nacional, bem

como potencializar as funções dos centros sub-regionais no que diz respeito às atividades vigentes.

Em suma, a agricultura organizada nos parâmetros do CAI dos anos 1960 a 1980, já apresentava a forte presença da indústria a montante e a jusante da produção agrícola, com ou sem cidade, regulamentando as atividades do campo nas demais regiões brasileiras.

Todavia, quando se trata de um produto dependente de extrema tecnologia, como a soja, em solos difíceis e distantes de toda a infraestrutura dos grandes centros, o nível de dependência é bastante elevado, sendo primordiais os elementos urbanos chaves (assistências técnicas, bancos, representantes agrícolas, etc.) para dar suporte a essa atividade.

Entretanto, será nos anos 90, quando tudo se torna mais interconectado, tornando as relações mais complexas, havendo maior dependência dos meios técnicos, que haverá maior regulação pelo urbano. Segundo Elias (2006:16) “(...), quanto mais moderna se torna a atividade agropecuária, mais urbana se apresenta sua regulação”.

Assim como Lucas do Rio Verde, podemos considerar que essas cidades foram planejadas como uma estratégia de ocupação e controle dos espaços da fronteira, constituindo uma nova dinâmica territorial onde os espaços são apropriados e transformados em decorrência de articulações de interesse local-global, intensificando o processo de globalização no local, tornando as cidades cada vez menos resistentes às exigências e comandos de alguns atores hegemônicos do setor agropecuário.

Portanto, é fundamental a elaboração de uma metodologia a fim dar conta não só das especificidades encontradas no município, como também na região do cerrado, analisando quais são os elementos que caracterizam e dão significado a este tipo de cidade.

Nesse contexto, o desenvolvimento da pesquisa deverá responder à seguinte questão: partindo do pressuposto de que o processo de produção da cidade de Lucas do Rio Verde, pode ser reconstruído através de conceitos como sistemas de objetos e sistemas de ações, como fixos e fluxos, reveladores dos níveis técnicos adotados, com funções específicas e estruturas relacionadas, em que medida o referido processo assume uma forma urbana

concreta que permite identificar as articulações entre o local e o global e a conformação das relações de poder, favorecendo o processo de acumulação de capital.

Capítulo 1: O processo de colonização de Lucas do Rio Verde no contexto da expansão da fronteira agrícola moderna

A expansão da fronteira agrícola nos anos 80 no cerrado mato-grossense ocorre em uma conjuntura econômica e política responsável por uma nova lógica de organização do território brasileiro. Basicamente, poderíamos elencar três momentos indissociáveis para a formação desse cenário: 1) políticas públicas desenvolvimentistas; 2) crise fundiária na Região Sul; 3) período de avanços técnicos na agricultura.

O espaço fronteiriço da região amazônica alterou-se com a atuação de empresas colonizadoras subsidiadas em programas governamentais, cujas intenções foram “medidas por padrões do mercado mundial, redefinindo e apropriando territórios, projetando e planejando cidades, selecionando grupo de migrantes e direcionando as opções de crescimento e desenvolvimento da região” (ROCHA, 2010:9).

No caso do norte de Mato Grosso o que se observa é uma significativa parcela de cidades emergentes, fruto de projetos de colonização viabilizados pelo Estado. Segundo Rocha, a “ocupação” desses espaços ocorreu de forma mais efetiva na área cortada pelo eixo rodoviário BR-163 – Cuiabá-Santarém.

A BR-163 começou a ser construída em 1973 para fomentar a colonização e produção agrícola na Amazônia e estende-se por 1.764 km; os programas desenvolvimentistas destinavam 100 km de cada lado da rodovia para projetos de colonização e reforma agrária a fim de promover a expansão da fronteira agrícola, estimulando diretamente o fluxo migratório para a região norte de Mato Grosso. A ampliação da malha rodoviária foi considerada por muitos autores como mola mestra do projeto de integração nacional.

De acordo com NOGUEIRA (2006), em 1976 o 9º Batalhão de Engenharia e Construção - 9º BEC, departamento do exército brasileiro, foi direcionado para a região com a missão de abrir a rodovia BR-163 no bojo de uma política de ampliação das fronteiras rumo à Amazônia. No mesmo ano a coordenadoria do Inbra-Mato Grosso, criou judicialmente a gleba Lucas do Rio Verde, abrangendo uma área de 270.000 hectares. O 9º BEC foi responsável pela abertura de caminhos para inúmeras frentes de colonização que se sucederam no rastro da abertura da rodovia. Importante ressaltar que a abertura desta rodovia, assim como a Transamazônica, foi uma das prioridades no Plano de

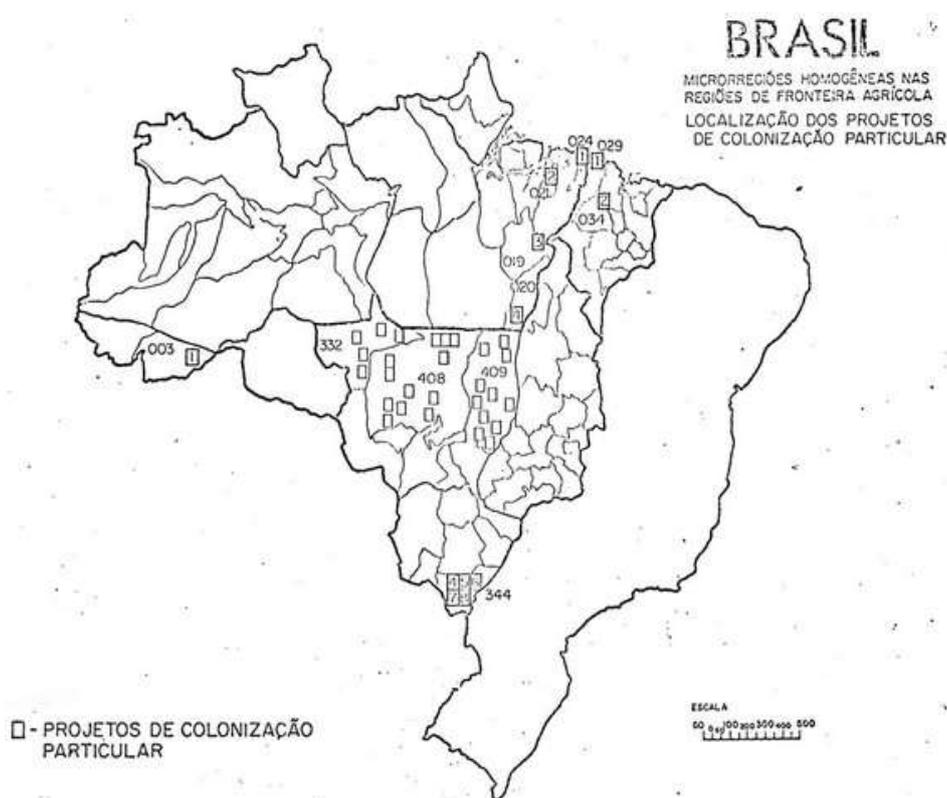
Desenvolvimento Nacional, mais precisamente no Programa de Integração Nacional (PIN).

A fala do ministro da Fazenda em 1970 sobre o PIN é bastante significativa, revelando as intenções das relações entre o poder público e o privado, ao fazer referência a essa aliança nos projetos de expansão: “o plano representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira. Por isso estamos convocando os empresários. Para que eles se unam com o governo neste lance definitivo da conquista da Amazônia. Nós vamos empurrar a fronteiras para a conquista de um novo país” (apud Moraes et al, 1970:56).

Dessa forma, o Estado inicialmente toma para si o papel de organizar e promover a colonização em áreas de fronteira, criando em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, mas também passa a abrir espaço para o poder privado se tornar protagonista na expansão da fronteira.

Imagem 1

Localização dos Projetos de Colonização Particular – Brasil

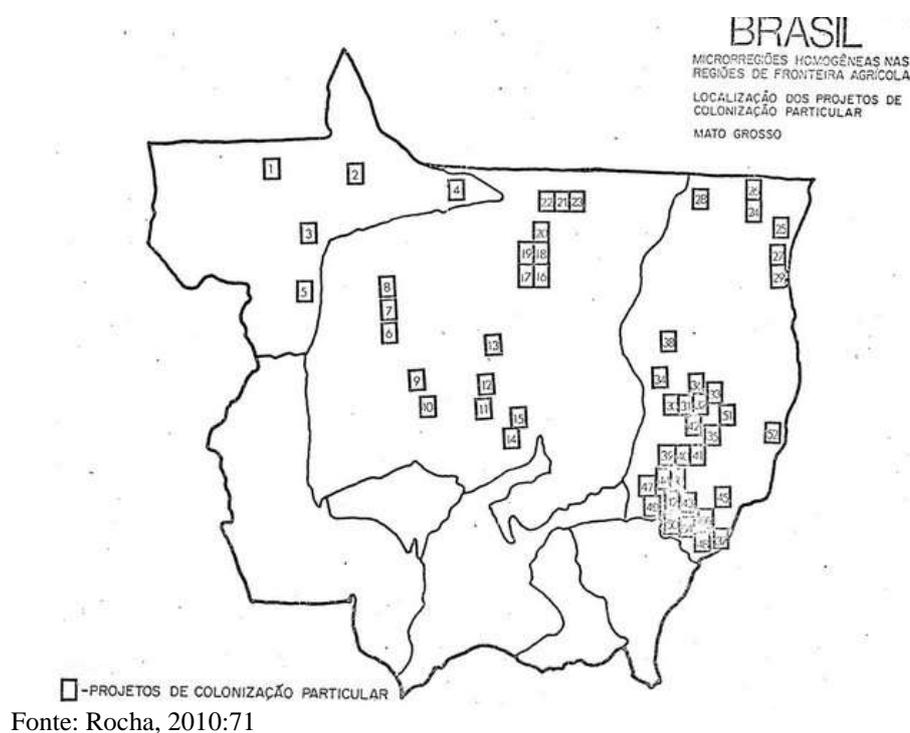


Fonte: ROCHA, 2010:71

Nesse sentido, deve-se considerar que não foi ao acaso que no eixo da BR-163 ocorreu uma concentração de projetos de colonização particular com parceria entre o Estado (INCRA) e empresas privadas, como as cooperativas do sul do país, responsáveis pelo intenso fluxo migrante sulistas. Como podemos observar na imagem 1, a maior parte dos projetos de colonização particular se localizam em Mato Grosso, estando concentrados na parte norte, ratificando a afirmativa anterior.

Imagem 2

Localização dos Projetos de Colonização Particular – Mato Grosso



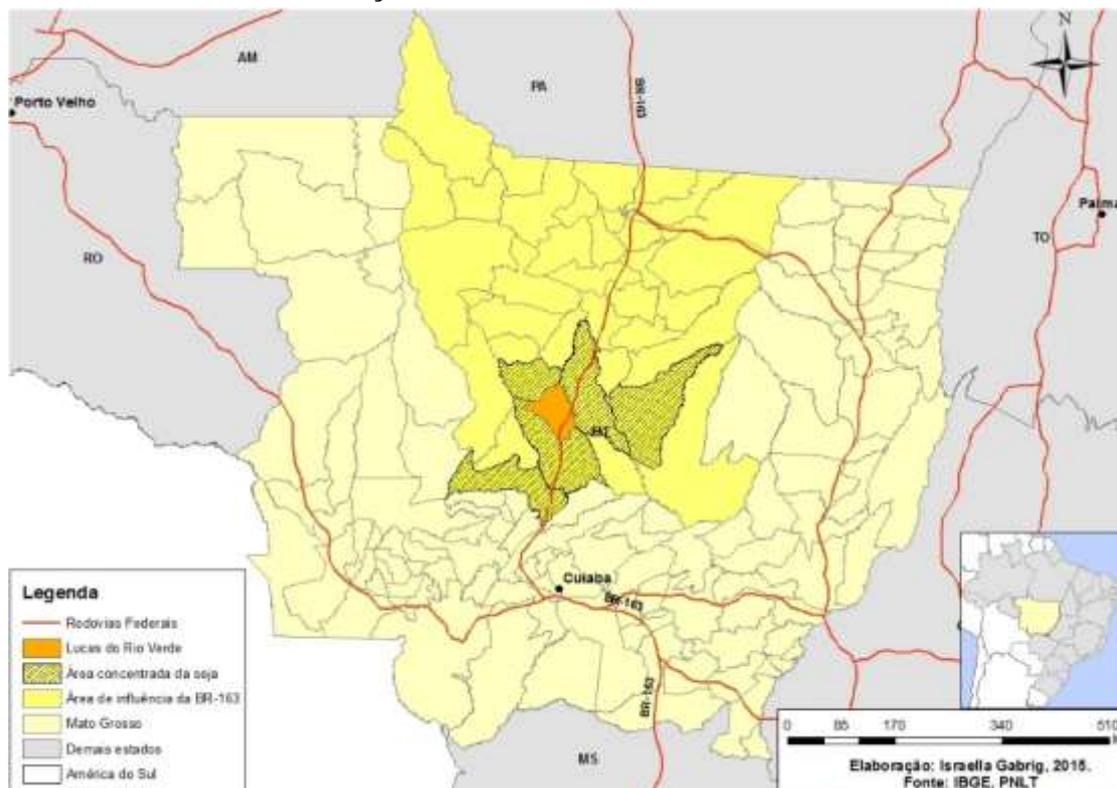
Tratava-se, pois, de uma ocupação politicamente orientada e planejada das terras, fruto de políticas públicas que promoveram transformações no espaço amazônico com a parceria do capital privado (ROCHA, 2010). As rodovias, como eixos de circulação, interferiram na paisagem, dotando as cidades de funções estratégicas para a expansão e consolidação das atividades produtivas (Becker, 1990:22).

O município de Lucas do Rio Verde será uma das resultantes dessas políticas. Localizado no norte mato-grossense, a 350 km da capital do estado, Cuiabá, está situado às margens da BR-163 e, assim como a maior parte do estado, tem sua origem relacionada

à estratégia de integração nacional e expansão econômica da ditadura, mais precisamente originário de um projeto de colonização da década de 1980 elaborado para resolver as tensões sociais por terra que começavam a tomar folego no Rio Grande do Sul.

Mapa 1

Localização de Lucas do Rio Verde – MT



A sua origem está relacionada intrinsecamente com a agricultura. As famílias que ali se instalavam eram em sua maioria pequenos e médios agricultores que em virtude do esgotamento das fronteiras agrícolas do Sul resolveram migrar em busca de melhores condições de vida, ou também poderiam ser trabalhadores rurais sem terra que fizeram parte do assentamento público promovido pelo Estado.

Mais detalhes do passado de Lucas do Rio Verde serão relatados neste capítulo, onde será realizado um resgate histórico regional e nacional para melhor compreender o contexto de colonização do município, assim como entender o tempo presente em que ele se insere como um município consolidado como forte polo do agronegócio do estado de Mato Grosso.

Deve-se ressaltar que, a fim de dar conta desse capítulo, além de leituras acumuladas, foi imprescindível a leitura da tese de Betty Nogueira Rocha (2010), intitulada “A trama do Drama: a trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde–MT”, onde a autora aprofundará a história local através do viés dos ciclos migratórios ocorridos desde 1970 até 2007, compartilhando peças extremamente raras e fundamentais para a construção de quebra-cabeça de difícil encaixe, que muitas vezes se encontra incompleto por falta de fontes e omissão por parte dos envolvidos na história do município.

1.1– O contexto da expansão da fronteira agrícola na década de 1970/80

Antes dos anos 70 o Centro–Oeste estava bastante distante da atual realidade que se encontra atualmente. Considerado inapropriado para qualquer tipo de cultivo devido ao seu solo ácido, a região passou a se tornar um verdadeiro “El Dorado” de famílias de pequenos produtores em busca de melhores condições de vida, assim como de grandes agentes do agronegócio para ampliação do seu capital.

Os grandes projetos e a elaboração de leis que de fato fizeram diferença para a região ocorreram no período do regime militar. Contudo, na segunda metade dos anos 1930, no governo Vargas, já existia um forte discurso da atuação do Estado como principal ator nas políticas desenvolvimentistas, inserindo a ideia da marcha rumo ao oeste. O governo de Vargas chega ao fim, mas os projetos desenvolvimentistas se mantêm.

Segundo Pereira (1997), em 1964, com a ascensão dos militares ao poder, ocorre a unificação da burguesia agrário-mercantil com a indústria, fator determinante para a modernização da agricultura. O lema nacionalista “integrar para não entregar” era bastante acionado no discurso do governo. O tom ufanista mobilizou o deslocamento de centenas de trabalhadores para a construção das rodovias, como a BR-163, ao mesmo tempo em que o INCRA começava a execução de projetos de colonização dirigida com intuito de absorver excedentes populacionais de outras regiões onde os conflitos por terras já se tornavam evidentes.

Nesse mesmo ano, uma das primeiras medidas do governo foi a reformulação do Estatuto da Terra (lei nº 4504 de 30 de novembro de 1964), elaborado para estimular a expansão capitalista com base em empresas nacionais e internacionais a fim de promover

a industrialização do campo (Martins, 1984), estimulando as empresas particulares de colonização a atuarem em áreas localizadas em regiões fronteiriças, como Mato Grosso (ROCHA, 2008).

Segundo Rocha (2008), a forte ideia de nacionalismo tecida ao longo dos governos militares se materializou no modelo agrícola-exportador industrializado e modernizado, disseminando o discurso de que o motor econômico do Brasil advinha da agricultura. A autora explica que foi a partir daí que o uso da terra assumiu importante centralidade nesse período, “já que um incremento na exportação de produtos primários requer uma expansão da área cultivada, bem como a intensificação de bens e insumos nas áreas agrícolas já consolidadas e, portanto, o planejamento da colonização tornou-se condição sine qua non para a promoção do desenvolvimento” (ROCHA, 2008:41).

De acordo com Delgado (1988), a conjuntura internacional foi favorável para o estabelecimento das bases dos projetos de modernização da agricultura com a consolidação da hegemonia de grupos dominantes ligados ao Estado. Nesse contexto, surgem muitos projetos, e criam diversas leis e organizações, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O objetivo deste subcapítulo não está em descrever em detalhes todos programas e incentivos federais realizados para a mudança de cenário ocorrida no Centro-Oeste, mas não podemos deixar de mencionar dois importantes programas: POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975), voltado para direcionar a expansão de grãos no Cerrado do Brasil Central, e o PRODECER–Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (1974), visando fomentar o comércio internacional do Brasil com o Japão e a comunidade europeia (ARRUDA, 2009).

No caso do POLOCENTRO ele foi considerado o principal programa de ação setorial do II PND e pretendia acrescentar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária brasileira, tendo como abrangência os estados de Mato Grosso³, Mato

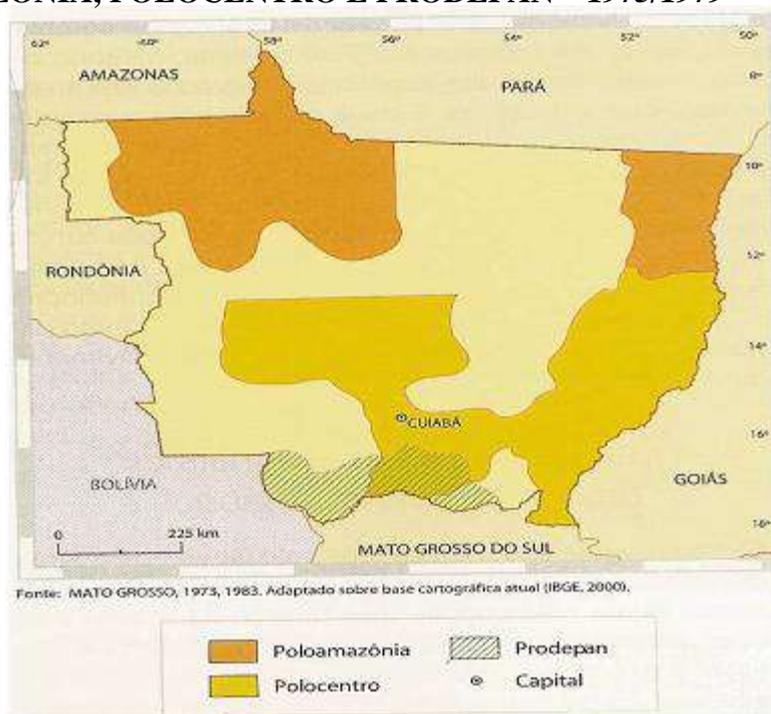
³ Importante ressaltar que até aqui me referia a Mato Grosso como unidade federativa antes da sua divisão. Uma lei complementar de 1977 desmembrou o estado em duas partes, a porção norte menos populosa e mais pobre com economia alicerçada na agropecuária extensiva e com graves problemas fundiários, o atual Mato Grosso; e a porção sul mais desenvolvida e populosa, Mato Grosso do Sul. A lei passou a vigorar em 1º de janeiro de 1979. A partir daqui me refiro sempre ao estado de Mato Grosso, pós-divisão territorial.

Grosso do Sul, Goiás e as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu, em Minas Gerais (SOUZA, 2009:18 e ROCHA, 2010:54). Com o objetivo de estimular a ocupação produtiva e ordenada do cerrado brasileiro, o projeto estimulava a produção em larga escala e adoção de inovações tecnológicas no campo. De acordo com Pessoa (1988), este programa foi responsável por produzir uma nova configuração do espaço agrário ao inserir novas culturas, como a soja no cerrado mato-grossense, e fomentar a produção agrícola com perfil empresarial.

Mais do que impulsionar o perfil empresarial na agricultura, Oliveira (1991:93-94) destaca que o POLOCENTRO funcionava “como uma espécie de alternativa geopolítica da necessidade de abrandamento das tensões na estrutura fundiária do sul do Brasil, colocando para os colonos a alternativa da migração, que passou a dar-se em direção a Mato Grosso, Goiás, Triângulo Mineiro e oeste baiano.

Imagem 3

Mato Grosso – Distribuição Espacial dos “Programas Integrados”: POLOAMAZÔNIA, POLOCENTRO E PRODEPAN – 1975/1979



Fonte: ROCHA, Betty Nogueira. 2010

No mesmo período de execução do POLOCENTRO, também surge o PRODECER. Para ROCHA (2010), o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o

Desenvolvimento dos Cerrados foi responsável pela consolidação da inserção do cerrado brasileiro ao padrão tecnológico que ampliou sucessivamente a relação de dependência entre agricultura e indústria. O público do programa era constituído por médios agricultores associados a cooperativas, com capacidade de adoção tecnológica, tanto gerencial quanto de produção, e espírito empreendedor.

No total, foram executados três projetos: o PRODECER I (1979-1982) em três áreas de Minas Gerais com 135 famílias assentadas, o PRODECER II (1985-1990) em duas áreas do cerrado em Mato Grosso e na Bahia, com 165 famílias assentadas, onde houve a expansão do projeto até 1993 ampliando para mais 11 áreas nos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, resultando em 380 famílias assentadas, e por fim, temos o PRODECER III (1995-2001) implantado em duas áreas no Tocantins e no Maranhão, com 80 famílias assentadas (ROCHA, 2010).

Imagem 4

Áreas de implantação do PRODECER



Fonte:Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Rocha, Betty Nogueira, 2010.
Disponível em <http://www.agricultura.gov.br>.

O foco maior para o presente trabalho está na segunda parte do programa, onde está inserido Lucas do Rio Verde, o PC-Piúva, como uma das áreas contempladas, atingindo 16.717 ha (tabela 1). Essa segunda parte foi um pouco mais rigorosa que a

primeira, pois inicialmente o programa foi realizado em áreas onde os agricultores possuíam pouca ou nenhuma experiência com o moderno padrão tecnológico, levando a seleção dos participantes do PRODECER II a uma maior restrição, selecionando médios produtores capitalizados e com experiência necessária para reproduzir técnicas mais modernas.

Tabela 1

PRODECER II – Projetos Pilotos

Denominação	Localidade	Estado	Cooperativa	Assentados	Área(há)
PC Ouro Verde	Formosa do Rio Preto	BA	COTIA	48	16.404
PC Brasil Central	Formosa do Rio Preto	BA	COACERAL	38	15.058
PC Piúva	Lucas do Rio Verde	MT	COOPERLUCAS	39	16.717
PC Ana Terra	Tapurah	MT	COOPERCANA	40	18.600

Fonte: CAMPO/PRODECER (apud Pires, 1996:85 e ROCHA, 2010:62)

Ambos os programas, POLOCENTRO E PRODECER, possuíam sua atuação direcionada para o eixo da BR-163 e faziam parte do Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND), incentivando a modernização da agricultura, aliando a expansão da fronteira agrícola e ocupação dos ditos “espaços vazios”⁴ com o direcionamento e intensificação dos fluxos migratórios para a região (ROCHA, 2008). Com uma grande quantidade de projetos e investimentos para áreas afastadas economicamente do restante do país, fica clara a intencionalidade do Estado quanto à incorporação dessas áreas sob a lógica do capital agrário.

Concomitantemente, em meados de 1976, em uma sincronia nada ocasional, a região sul passava por fortes problemas agrários, o que gerava forte pressão para o Estado. A escassez de terras no Rio Grande do Sul por conta do fechamento da fronteira agrícola, aliada às dificuldades de reprodução social camponesa, em virtude de numerosos núcleos familiares, formou o contexto ideal para a expansão da fronteira agrícola em direção ao

⁴ Majoritariamente, essas áreas eram habitadas por comunidades indígenas e por antigos posseiros, contudo, apesar de uma intensa busca na literatura e em trabalhos de campo, não foi encontrado nenhum registro sobre esses habitantes. Entretanto, na medida em que o avanço da fronteira se aproximava, tais comunidades eram expulsas e/ou dizimadas apagando suas histórias e registros.

Centro-Oeste. As famílias de pequenos produtores passaram a vender suas propriedades, que por sua vez chegavam a comprar grandes extensões em Mato Grosso, sobretudo na região de abertura da rodovia BR-163. Cabe lembrar que todo esse ocorrido se situava no bojo das políticas desenvolvimentistas do governo militar.

Alguns anos depois, em 1981, famílias de um emblemático acampamento dão origem ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e passam a sofrer grande repressão do governo militar visando sua desarticulação. Em meio às tensões e às represálias, a mídia divulgava a imagem do cerrado mato-grossense como o novo “El Dorado” dos agricultores, a fim de convencer as famílias acampadas a se inserirem nos projetos de colonização no norte de Mato Grosso, criando um ambiente favorável à migração e adesão aos projetos. Passados alguns meses de luta, 130 famílias foram convencidas a migrar para Mato Grosso ainda em novembro de 1981.

Contudo, é preciso ressaltar outro fator de contextualização que gerou uma grande mudança na visão da produtividade do cerrado brasileiro. Reconhecido como um bioma de difícil adaptação de cultivos devido ao solo ácido, ao clima quente e seco, o cerrado era considerado infértil. Porém, as barreiras naturais foram minimizadas por meio da criação de novas técnicas de manejo e de correção dos solos e, posteriormente, através da biotecnologia, com o desenvolvimento de mudas e sementes adaptadas a esse tipo de bioma.

A expansão do agronegócio do Sul para o Centro-Oeste coincidiu também com um período favorável às produções cada vez mais artificiais e menos dependentes do meio natural, tornando-se possível “inventar a natureza” (Santos, 2009). Este período, denominado por Milton Santos como “meio técnico-científico-informacional”, é marcado pela intensa fusão da técnica com a ciência e a informação, beneficiando muitas áreas, como a da agricultura, que ganha novas perspectivas.

Nesse novo contexto tecnológico da agricultura brasileira, o cerrado recebe novas proporções de produtividade. Suas características desfavoráveis são contornadas, e outras são ressaltadas como um grande chamariz: pouco exploradas pela agricultura moderna mercantil, as extensas áreas, planas e baratas, são capazes de receber mecanização, o que facilita e, também gera maior concentração de terra, pois torna possível um só produtor comandar grandes áreas de cultivo. O clima, apesar de seco e quente, tem duas estações bem definidas ao longo do ano: o período de seca e o período de chuva, que dá maior

previsibilidade ao produtor e o deixa menos vulnerável a bruscas alterações no tempo, como as intensas geadas da região sul, que pode colocar em risco toda a sua lavoura. Sem contar a intensa luminosidade presente ao longo de todo o ano, primordial para o desenvolvimento das mudas de soja e milho.

Em outras palavras, a produtividade será garantida, até nos dias de hoje, graças ao consumo de inovações tecnológicas que foram empregadas ao longo da cadeia produtiva, financiada por incentivos creditícios, aproximando o setor industrial e financeiro ao setor agrícola e, ao mesmo, o campo da cidade.

A fim de investir em pesquisa e desenvolvimento dos grãos, mais precisamente da soja, milho e algodão, no cerrado, criam-se duas instituições para a agricultura moderna: a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER) em 1964, e Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) em 1999, com o objetivo de dar suporte técnico imprescindível para ampliar a produtividade agrícola, fornecendo subsídios e outros incentivos.

Portanto, no contexto de políticas desenvolvimentistas, problemas fundiários na região Sul, desenvolvimento de novas técnicas de produção de soja no cerrado brasileiro, o cerrado mato-grossense passa, ao longo dos anos, a receber cada vez mais atenção, conquistando alta expressividade na produção de grãos, chegando a ultrapassar a produção da região Sul desde 1999.

1.2– O processo de colonização de Lucas do Rio Verde e primeiro ciclo migratório

Considerando as premissas apresentadas anteriormente no que se referem às políticas públicas desenvolvimentistas no governo militar articuladas com iniciativas privadas para colonização da área fronteira da Amazônia Legal⁵, combinadas com a instabilidade fundiária na região Sul nos anos 1970, resulta em um contexto propício para a migração e expansão da fronteira agrícola do Sul em direção ao Centro-Oeste.

⁵ Criada em 6 de janeiro de 1953, e regulamentada pelo decreto-lei nº 1.806, a Amazônia Legal é composta dos estados Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e ainda a porção leste do Maranhão e a porção norte do Mato Grosso totalizando uma área de 4.978.274 Km²)

O Estado precisava de um instrumento legal que fosse capaz de controlar as reivindicações camponesas e, desta forma, estabelecer uma estratégia política no sentido de conter as lutas populares que eclodiam no campo. Nesse sentido, cria-se o Estatuto da Terra em 30 de novembro de 1964, priorizando o governo federal um conjunto de medidas que visavam a interferência direta na agricultura, gerando uma “vigorosa ação de regulamentação da questão agrária” através da parceria entre órgão público (via governo federal e estadual) e iniciativa privada (via colonizadoras), levando à consolidação um sistema de colonização no começo dos anos 1970.

Desde então, os projetos de colonização, quase sempre privados, configuram-se na principal “forma de controle político do espaço rural mato-grossense” (Tannuri, 2003:63). A adoção desta política gerou consequências na forma e nos meios de utilização da terra, reproduzindo uma ação colonizadora generalizada em todo o estado de Mato Grosso. Podemos citar como consequências padrões: o perfil fundiário do Estado baseado no latifúndio, a determinação do tipo de cultivo (principalmente da soja), e a seleção de um tipo de trabalhador “ideal” para a agricultura, preferencialmente oriundo do sul do país (NOGUEIRA, 2006).

Deve-se considerar que o estímulo às migrações internas e a ideia do “Brasil que se move, que caminha para dentro de si” (RICARDO, 1970) está intimamente relacionado com a ideologia da fronteira. Desta maneira, migração e fronteiras são conceitos que se entrecruzam e podem ser analisados como fenômenos indissociáveis em determinados contextos.

Migrar corresponde a um processo dialético de “desajustamento-ajustamento”, em outras palavras, “enraizamento-desenraizamento”, do indivíduo, pois, na prática o que ocorre é que suas relações sociais estão referidas ao território de origem que contribui decisivamente para a recriação de sua identidade e, por outro lado, há necessidade de uma adaptação ou socialização no território de adoção onde o indivíduo ou grupo irá mergulhar num “processo de transformação social” (NOGUEIRA, 2006 apud Martins, 1973:20).

Nogueira (2006:56) afirma que compreende o fenômeno de migração como “deslocamento de atores ou grupos sociais entre fronteiras, sejam elas geográficas, políticas, culturais ou linguísticas, de modo que só podemos apreender seu real significado analisando-o como um processo social tanto do seu ponto de origem quanto do seu ponto de destino”.

A migração pode gerar impactos benéficos nas economias seja pela possibilidade de solucionar problemas estruturais de pressão demográfica ou de desemprego, seja pelo papel das diásporas na condução de políticas de desenvolvimento (Figueiredo, 2005), significando também uma estratégia de reprodução social. Dessa forma, o objetivo está em analisar e entender o significado de como o migrante do sul irá se deslocar para Lucas do Rio Verde, e para o centro-oeste no geral, e formar novas raízes, ainda que não desvinculadas da sua origem. O que o motiva a sair e o que o faz ficar irá influenciar na composição social do município de Lucas do Rio Verde, gerando impactos visíveis na estrutura material na cidade e na cultura local.

Para muitos autores, a fronteira também se trata de um fenômeno social, e em uma perspectiva teórico-metodológica é possível entender a migração como um fator de (trans) formação da fronteira (Mondardo e Goetter, 2007). Becker (1990) analisando a tese de Turner passa a definir fronteira como “espaço de manobras das forças sociais” e também um espaço onde se expressa e projeta expectativas de futuro, de potencialidades de vias de desenvolvimento em consonância com os ideais capitalistas. Este não é um fenômeno isolado, pois cabe ao Estado capitalista assegurar as condições para “apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização” da colonização.

A autora passa a compreender a expansão das fronteiras no Brasil no século XX diante da inserção do país no “sistema capitalista global articulado aos interesses do capital industrial e financeiro, com a mediação no Estado” (Becker, 1990:15-16), portanto, sendo necessário entender a fronteira nesse contexto como um espaço em incorporação ao espaço global e não mais como “sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros”, tampouco se restringe a processos de colonização.

O mesmo se aplica a nossa área de estudo. O processo de colonização de Lucas do Rio Verde perpassa, desde 1970 até os anos 2000, por 4 ciclos migratórios, onde identificamos diferentes perfis de colonos a cada período em sua origem social e geográfica. Do ponto de vista dos estudos das migrações, no Brasil, o que se observa são fluxos multidirecionados, com intensidades distintas relacionados às pressões de ordem social e econômica cujo perfil e análise sugerem uma complexidade.

Durante o período em questão estes fluxos se deram, grosso modo, sob três maneiras: (1) espontânea, quando o migrante por vontade própria com base na sua estratégia de reprodução familiar resolve migrar em busca de melhores condições de existência; (2) forçada, isto ocorre quando o migrante sai da sua origem por motivos alheios a sua vontade, um exemplo disto ocorreu em áreas destinadas à construção de barragens resultando na migração forçada das famílias que ali moravam; e (3) planejada, é o movimento migratório organizado geralmente no bojo de uma política pública, ora por instâncias governamentais (projetos de colonização oficial), ora por empresas colonizadoras ou cooperativas.

QUADRO 1

Síntese dos movimentos migratórios em Lucas do Rio Verde – MT 1976-2007

Síntese dos Movimentos Migratórios

	Período	Tipo de Migração	Categoria Analítica	Origem	Aporte de Recursos (públicos ou privados)
1º Movimento Migratório	Meados de 1976	Espontânea	Posseiros	Região Sul	Próprios
2º Movimento Migratório	1981-1982	Dirigida	Parceiros	Rio Grande do Sul	Previstos no projeto de colonização oficial
3º Movimento Migratório	1985-1990	Dirigida	Assentados da Cooperativa	Região Sul-Sudeste com predominância de agricultores do Rio Grande do Sul	Provenientes da COOPERLUCAS e do PRODECER
4º Movimento Migratório	2007-atual	Espontânea e Dirigida*	Maranhense ou Nordestino	Nordeste Mato Grosso	Os previstos na relação contratual de trabalho

Observações: (1) Em todos os períodos aconteceram migrações espontâneas com motivações diversas; (2) a configuração destes “movimentos migratórios” é um recurso analítico-metodológico elaborado a partir de dados empíricos e (3) periodização foi elaborada levando em consideração o cruzamento de diversas fontes.

(*) Refiro-me aqui à condução/orientação da migração através da contratação de mão-de-obra realizada por uma empresa agroindustrial.

Fonte: ROCHA, 2010.

Rocha (2010), além de também identificar esses 4 ciclos, elabora um quadro (quadro 1) sintetizando informações básicas, como: o período, tipo de migração, categoria analítica, origem e aporte de recursos (público ou privado), identificando dois tipos

migração, dentro dos três apontados a cima: a migração espontânea, em 1976 e em 2007, e a dirigida, em 1981 até 2007 (este último ano contendo dois tipos diferentes). Ao longo deste subcapítulo iremos analisar esses movimentos migratórios através de um corte metodológico pensando através da produção agrícola (ou agroindustrial) geradoras de mão de obra no município, e conseqüentemente, o que de fato fomenta a migração neste caso estudado. Teremos, portanto, a divisão da migração proveniente dos grãos, que foi de 1976 a 1990, e das carnes, que se iniciou em 2007.

1.2.1- Meados de 1976 – 1990: a atração pelos grãos e os “pioneiros” de Lucas do Rio Verde

Embora no discurso, a colonização no cerrado brasileiro tenha sido planejada para fins de reforma agrária, o que se viu até aqui foram planos e programas associados a interesses diversos, desde aqueles vinculados ao ideário de “segurança e desenvolvimento” até aqueles envolvendo os interesses globais de promover a agricultura tecnificada e modernizada capaz de atender às demandas externas, como é o caso do PRODECER.

Esse processo também foi parte importante de um processo de desenvolvimento agrícola calcado na abertura de fronteira e na modernização da agricultura através da inserção de todo um aparato tecnológico promovendo bruscas mudanças no setor agrícola brasileiro o que se convencionou chamar de modernização conservadora da agricultura (NOGUEIRA, 2006).

A aliança entre o capital e o latifúndio colocava em prática dois projetos do regime militar: a industrialização da produção agrícola moderna e a ocupação de grandes extensões de “espaços vazios” do território nacional através de projetos de colonização no oeste brasileiro, gerando uma “modernização conservadora” que privilegiou algumas culturas e regiões, assim como médias e grandes propriedades agrícolas como unidade produtivas, “nunca uma transformação dinâmica, autossustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do estado” (NOGUEIRA, 2010 apud SILVA,1982:40).

Neste contexto se intensifica a colonização dirigida e planejada, cabendo ao INCRA a orientação dos projetos oficiais e particulares para áreas consideradas

prioritárias nos planos e programas, privilegiando os grandes empreendimentos empresariais sem compromisso com a promoção de transformações sociais no campo.

Tavares dos Santos (1993) descreve a construção de um sistema simbólico acionado pelas mensagens oficiais de colonização que valorizavam a situação social de origem dos sulistas, a sua experiência migrante por se tratarem de descendentes de imigrantes italianos, alemães e portugueses, a ideia de “novos tempos” vinculada ao propósito de evitar o êxodo rural mediante a ocupação da “fronteira despovoada”, onde havia “abundância de terras”, e a implantação de um sistema produtivo baseado na “modernização agrícola” protagonizada pelos “pioneiros”. Isto é, tratava-se da construção de um sistema simbólico que acionava a ideia de “terra prometida” onde a “colonização é divulgada sob o signo da modernidade para lembrar em seguida que, em bem pouco tempo, se dará a valorização da terra nua” (Tavares dos Santos, 1993: 85- 87).

Para Rocha (2010), houve o estabelecimento de um modelo idealizado de colonização com a seleção social do migrante com “perfil ideal que pudesse viabilizar o planejamento de ocupação da fronteira e sua incorporação aos moldes do capitalismo produtivista” (ROCHA, 2010:64). Neto (2007) também acrescenta, afirmando que o incentivo à migração oriunda da região Sul e a definição do migrante ideal oriunda desta região tiveram três objetivos básicos: “facilitar o processo de acumulação de terras no sul; segundo, superar as deficiências de mão-de-obra especializada na região de destino; terceiro, introduzir nessa região uma economia mercantil” (Neto, 2007:78).

A seleção do migrante sulista não foi realizada ao acaso. Foi preferido por já ter passado pela experiência da colonização, por remeter um “espírito pioneiro” e por tratar-se daqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes italianos e alemães, com todas as dificuldades que eles experimentaram, tendo na migração um “modo de viver” (Tavares dos Santos, 1993:109). Em outras palavras, Lenharo (1986) explica que esse migrante era “o colono do Sul que por já ter passado pela experiência da colonização, traria seu pecúlio para aplicar na propriedade e acima de tudo com outra mentalidade em relação ao trabalho, faria da produção uma atividade realmente lucrativa. Produziria, pois, como capitalista” (Lenharo, 1986:50).

Para a autora, os fluxos migratórios nesse período se caracterizavam por: “ (1) migrantes que se deslocaram para a região por motivações diversas e estimulados pela intensa propaganda governamental, (2) migrantes em busca de oportunidades de acesso a

grandes extensões de terras ou (3) migrantes inseridos nos projetos de colonização executados ao longo da rodovia” (Rocha, 2010:77).

Sendo assim, em meados de 1976, chegaram as primeiras famílias de migrantes vindas do sul do país e, inicialmente, se fixaram próximas ao rio Verde onde também se localizava o acampamento do 9º BEC. Atraídas pela possibilidade de comprar terras “baratas” e decididas a “desbravar o cerrado” mato-grossense, foram vítimas das consequências da política agrícola de modernização que impediram que mantivessem em seu local de origem, passando a adquirir terras em Mato Grosso através de um contrato de compra e venda que, segundo a legislação brasileira, não possuíam valor jurídico algum, sendo reconhecidas pelo INCRA como os primeiros posseiros. Contudo, Nogueira (2006) explica que, apesar do Incra denominá-los de posseiros, estes agricultores não se percebiam como tal, pois, se consideravam donos legítimos das terras por terem adquirido o direito de posse.

Paralelamente a esses fatos, o INCRA convocou uma cooperativa de São Paulo para estabelecer uma ação conjunta na implantação de um projeto de colonização em uma “área selecionada em Mato Grosso”. As cooperativas Holambbras, Agropecuária Holambra I e de Imigração e Colonização Holambra II, localizadas respectivamente nos municípios de Jaguariúna e Paranapanema (SP), foram escolhidas.

Esta parceria resultou em um documento intitulado “Pré-estudo para implantação de um projeto de colonização”. A “população básica” seria constituída de quatro grupos sociais distintos: “200 cooperados das atuais Holambbras, 220 famílias de funcionários da cooperativa de nível profissionalizante, 1.100 famílias de trabalhadores rurais que prestarão serviços aos cooperados e 300 famílias de pequenos agricultores originários de áreas de tensão social”.

A origem dos recursos para a implantação do projeto foi descrito em um cronograma, tendo como órgãos financiadores o INCRA, SUDECO, Cooperativa de Holambbras, BNCC⁶, POLOCENTRO, COBAL⁷ e o governo do estado de Mato Grosso (Rocha, 2010, apud Hecta, 1980:11). A área de 150.000 hectares seria transferida para a

⁶ Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. extinto em 1991.

⁷ Companhia Brasileira de Alimentos.

cooperativa para execução da colonização, resultando na formação de uma outra cooperativa no interior do projeto, a Holambra III.

Para Benetti (1988), a relação entre o Estado e o cooperativismo deve ser considerada como “forma privilegiada de intervenção na própria agricultura”. A autora considera que é preciso entender que o cooperativismo se configurou como um “instrumento institucional utilizado pelo Estado para romper certas condições de atraso do desenvolvimento agrícola. As cooperativas transformam-se, assim, em órgãos de repasse das políticas de fomento às atividades agropecuárias, ao mesmo tempo em que desenvolvem certas atividades que teoricamente fariam parte das funções de acumulação do Estado capitalista” (Benetti, 1998:6). Deve-se levar em conta que ao transferir algumas de suas funções de acumulação para a cooperativa, o Estado transfere também algumas de suas funções, legitimando as ações da cooperativa.

No caso dos projetos de colonização esta transferência de funções ocorreu não só no aspecto econômico, mas, também, na organização do território, na intervenção ou mediação de conflitos sociais vigentes ou latentes na região. Isto ocorre em muitos casos, segundo a autora, para que o Estado mantenha a sua função política precípua de mantenedor da “ordem” e, por isto, ao invés de assumir estas tarefas o Estado delega-as às cooperativas (Benetti, 1988:7).

Todavia, ocorrências no Sul do país alteraram os planos deste projeto e a história de Lucas do Rio Verde. Paralelamente aos acontecimentos relatados, havia uma forte mobilização de famílias no Rio Grande do Sul, mais precisamente no município de Ronda Alta, por direito à terra. Iniciava-se ali a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST no acampamento de Encruzilhada Natalino. Rocha (2010) conta que este acampamento está relacionado com a expulsão, em 1978, de mais de mil famílias de posseiros que viviam na área de reserva dos índios Kaingang arrendando terras por intermédio da Fundação Nacional do Índio (Funai). Em setembro de 1979 uma parte destas famílias ocupou as glebas Macali e Brilhante, ambas em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, sendo logo depois expulsas.

A fim de desmobilizar este movimento que tomava forma e irradiava seus ideais para outras localidades, o Presidente General Joao Batista Figueiredo declarou a área de Lucas do Rio Verde como prioritária para fins de reforma agrária através do decreto-lei nº 86.307 de 24 de agosto em 1981. Segundo consta, 71 famílias de sem-terra de Ronda

Alta chegaram na madrugada do dia 7 de novembro de 1981 e mais 203 em maio de 1982. Dessa forma, a parceria com Holambra foi engavetada e o perfil da colonização destinado à região é alterado por completo.

Imagem 5

Reportagem publicada no jornal Folha Verde em 05/08/1993

FOLHA VERDE 05 de agosto de 1993

Lucas do Rio Verde: Trajetória histórica



Acapamento dos parceleiros

Lucas do Rio Verde foi fundada a 15 de agosto de 1962, a 14 km de Brasília, na estrada, com cerca de 700 famílias. De 1977 chegaram algumas famílias, entre elas a de Antonio Brasil, Douglas Rossetti, Apriacião Falcão e outros.

Em 1979 era de famílias de colonizadores, chamados posseiros, que se concentravam principalmente na região de "Lago Azul", local inicialmente destinado para sediar o Município.

Na época, o que havia, além das 26 famílias, era a vastidão do cerrado, vigilância em casa e rios, mudanças no terreno, e o acapamento de 30 famílias de fazendeiros e "Comunidade de Favela", que estava sediada em 15 km. No local era um modo para os posseiros, que apresentavam várias dificuldades de transporte, pois na época de chuva a região ficava praticamente isolada. O campo de pastagens era feita de favelas e a viagem durava dias.

Com este trabalho se permitiu aos posseiros a criação de fazendas e terras produtivas, em terras férteis, e o governo federal criou o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde, que teria origem no Município de Lucas do Rio Verde.

As primeiras famílias de "parceleiros" chegaram ao final da estrada de São João de novembro de 1981, após 76 horas de viagem, que teve caráter despretensioso de que seria apenas um deslocamento de famílias e milhares de hectares de áreas planas, secas, baldios, sem água e sem infraestrutura.

Em 1982 chegou mais 203 famílias, totalizando 231 famílias assentadas no Projeto.

Em maio de 1982 chegou outra leva de colonos, totalizando 231 famílias assentadas no Projeto.

Parabéns LUCAS

O Banco do Brasil, presente no desenvolvimento desta comunidade, apoiando firmemente todo empreendimento produtivo de nossa Região, vem nesta data, comemorar o aniversário de 30 anos de emancipação de nossa querida Lucas do Rio Verde.

BANCO DO BRASIL S.A.

LUCAS DO RIO VERDE, teu povo conhece o valor do trabalho e com energia no futuro vai fazendo a tua história. Parabéns pelo teu 50-aniversário.

salão parati

A todos aqueles que ajudaram a construir LUCAS DO RIO VERDE e continuam lutando para que nosso Município supere as dificuldades e intensifique nosso desenvolvimento, nossos cumprimentos e votos para que consigam conosco nesta luta.

eletrodomésticos
MARTINELLO

ESKINÃO Lanchonetes

SALÃO Toledo

AGROPECUÁRIA MATTER

RETLUCAS

O SACOLÃO SUPERMERCADO POPULAR LTDA

O “Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde” foi implantado em regime de urgência, possuindo cada parcela 200 hectares, sendo 50% destinado a reserva e 50% a exploração. Em termos de infraestrutura havia apenas um barracão da COBAL, o alojamento dos funcionários do INCRA, um posto de saúde, o acampamento do 9BEC e um posto de serviço com um telefone público.

Cada família recebeu um lote de 200 hectares, sendo 25 hectares de área aberta, e um barracão para servir de alojamento até que pudessem se instalar em suas terras, material para a construção de uma casa de madeira, um poço com água, uma privada externa (pré-moldada) e calcário para iniciar o preparo do solo (ROCHA, 2010). Os assentados foram denominados localmente como parceleiros por terem adquirido uma parcela no programa de colonização

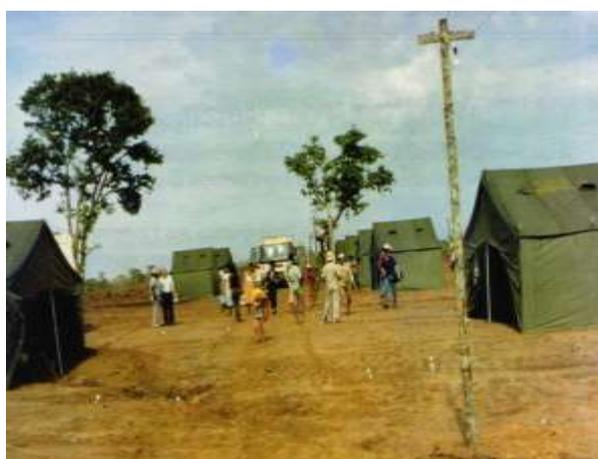


Imagem 5 e 6: Chegada das primeiras famílias e Barracões dos parceleiros em Lucas do Rio Verde. (Acervo da Prefeitura Municipal).

Estabeleceram-se também as atividades previstas dos parceleiros no projeto:

“Os parceleiros terão como atividade principal a exploração agrícola, de acordo com as condições previstas no contrato de colonização. Do princípio, fica definido que tal exploração se estenderá ao cultivo de arroz, milho e soja, conforme o sistema de produção adotado na região, que estabelece a mecanização e utilização de insumos, como condições essenciais fica definido que tal exploração se estenderá ao cultivo de arroz, milho e soja, conforme o sistema de produção adotado na região, que estabelece a mecanização e utilização de insumos, como condições essenciais à consecução de resultados economicamente desejáveis”

(Fonte: Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981:4).

Diante desta colocação sobre o projeto, Rocha (2010) destaca a incoerência de assentar um grupo de famílias sem-terras, expropriadas e desprovidas de capital e de conhecimento em lidar com solo do cerrado, em um local que já se sabia que para a produção se tornar viável economicamente era necessário investimento em máquinas e insumos agrícolas cujas “operações de derrubada de área vegetal, enleiramento e gradagem pesada serão efetuadas mecanicamente, sendo de CR\$ 9.100,00 o custo por hectare” (Fonte: Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981:7). Sem contar o custeio agrícola, que para o ano de 1981/1982 “os orçamentos para arroz, milho e soja respectivamente foram da ordem de: CR\$ 28.700,00, CR\$ 21.800,00 e CR\$ 27.000,00 por hectare” (Fonte: Projeto de Assentamento Especial Lucas do Rio Verde, Incra, 1981:8), dentre outros custos oriundos das linhas de crédito e os juros gerados dos financiamentos.

Desde já, é possível concluir que este projeto não levou em consideração a origem social das famílias assentadas e as dificuldades referentes ao processo migratório, no que se refere à adaptação ao meio e às especificidades de se plantar no cerrado. Rocha (2010) expõe ainda mais:

“Ignora-se completamente o fato destas famílias estarem vindo de um acampamento localizado à beira da estrada onde moravam em barracos, com precárias condições de subsistência, onde muitas famílias dependiam da ajuda da igreja e do próprio governo para comer. Ignora-se as reais condições de existência deste grupo social ligado a práticas da agricultura familiar e não na produção em larga escala de grãos. A preocupação expressa no planejamento do referido projeto não é viabilizar a inserção social e econômica destas famílias considerando seu perfil produtivo e respeitando sua origem social, pelo contrário, deixa nítida a intenção de priorizar os objetivos de expansão produtiva nas áreas de fronteiras ligadas à produção em larga escala de grãos, como soja, milho, arroz, etc., numa clara tentativa de usar este tipo de modalidade de colonização para atender aos interesses expressos nos planos governamentais.”

(ROCHA, 2010:85)

Mediante essa situação, foi de se esperar que, de acordo com as condições impostas e a estratégia de ignorar o perfil econômico, o agricultor sem-terra assentado chegasse ao endividamento já no primeiro ano. Estes parceleiros viram na migração de retorno ou na continuação do movimento sem-terra uma estratégia de sobrevivência.

Martins (1986:53) explica que “a área maior de terra lança o pequeno agricultor numa outra escala de relacionamento com o capital. A diferença entre a situação atual e a anterior é que lá no sul o crescimento da família e o crescimento dos filhos geravam uma escala de necessidades que não podia ser atendida pelo trabalho, comprometendo a reprodução social familiar”. Porém, “já em Mato Grosso, a terra pode absorver todo o trabalho da família”, mas este trabalho é insuficiente para transformar o cerrado em terra produtiva. “Essa insuficiência é suprida por tecnologia” que no sul se limitava “ao arado e ao boi”, mas o cerrado exigia “o trator e a colheitadeira”.

Outro elemento de destaque é adicionado nesse momento: a criação de uma cooperativa e o assentamento de seus 50 colonos. No mesmo ano da fundação da cidade de Lucas do Rio Verde, cria-se a COOPERLUCAS, Cooperativa Agropecuária Mista de Lucas do Rio Verde Ltda, através da ata de 5 de agosto de 1982, que ficaria responsável pela área social e assistência técnica aos parceleiros e posseiros.

A cooperativa possuía o poder de selecionar o perfil de novos migrantes. Duas das características necessárias eram que possuíssem uma parcela de recursos próprios e experiência na agricultura; ou seja, eram selecionados os produtores já capitalizados e equipados. Segundo Rocha, devido às condições materiais de existência, o grupo assumiu um perfil empresarial com modelo fundado no padrão produtivista da agricultura modernizada, cujo personagem principal é o agricultor empresarial, promovendo uma “reforma agrária elitizada” (ROCHA,2008).

O surgimento desta cooperativa remete aos objetivos negociados em 1979-1980 entre o INCRA e as Cooperativas Holambras, onde os assentados eram predominantemente do Sul, mas possuíam certa heterogeneidade, como agricultores oriundos de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A autora, assim como categorizou as famílias do primeiro ciclo de posseiros e as famílias sem-terra de parceleiros (vide o quadro 1), irá categorizar esse grupo como assentados da cooperativa, que receberam uma área de 16.717 hectares distribuídos em 30 lotes. Também se considera que o que levou o INCRA a assentar esse grupo no mesmo projeto onde

estavam os sem-terra foi a sua experiência em cooperativa. A atuação da COOPERLUCAS representa uma importante alteração no padrão de ocupação de Lucas do Rio Verde, visando atender a demanda global de grãos, sobretudo, soja e milho.

O PRODECER foi um grande fornecedor de recursos para a cooperativa, dotando-a de estrutura de armazenagem, investindo em pesquisas de cultivares de soja para o cerrado e possibilitou a construção de um complexo agroindustrial que serviu de apoio ao produtor local, impulsionando a implantação das lavouras de soja na região.

Temos então uma área que é destinada para fins de reforma agrária, e que de certa forma apodera-se desse discurso, pois o que se encontra em documentos e propagandas sobre o município é que foi um assentamento que deu certo, contudo, o objetivo era neutralizar e desarticular o movimento em luta pela terra.

O processo de colonização assistida em Lucas do Rio Verde gerou uma intensificação no processo de urbanização, pois no período inicial, ao adquirirem um lote na área rural, o produtor também recebia como doação um lote na área urbana (ou este era comprado em conjunto em outros casos), onde deveria se fixar como residente ou realizar algum tipo de atividade econômica urbana. As escolas, os hospitais, os escritórios responsáveis pelas transações legais, assim como toda a atividade que não era a produção de grãos em si, eram implantados nas áreas urbanas, isto é, as relações com a cidade foram criadas intencionalmente desde o princípio.

No encontro destes três atores colonizadores (posseiros parceleiros e assentados) com a mesma região de origem, uma categoria surge como resultante da instalação e consolidação de um grupo em uma fronteira: o pioneiro. Segundo Rocha, (2010:18): “Pioneirismo é um símbolo e uma marca distintiva deste tipo social que ao migrar leva consigo todo um cabedal de representações acionadas no território de destino estando referenciada por valores culturais e sociais do território de adoção”.

Esta denominação associa-se diretamente por julgarem serem os primeiros habitantes daquele espaço, ignorando a existência outros grupos e se auto intitulado os pioneiros que, com espírito empreendedor, construíram cidades e abriram novas frentes produtivas. Consideram-se como aqueles que viveram a tradição de seus avós, imigrantes italianos e alemães, e desbravaram o cerrado mato-grossense da mesma maneira que seus antepassados desbravaram o sul do país, inclusive experimentando dificuldades e situações semelhantes.

Hoje temos esses três atores operantes em diversas instâncias do poder (público e privado), promovendo e organizando nos anos 2000 o quarto movimento migratório para a cidade, com o propósito de viabilizar a estratégia de desenvolvimento pautada na produção de soja e milho. O quarto movimento migratório será tratado no capítulo 3.

Capítulo 2- O primeiro período econômico de Lucas do Rio Verde e seus reflexos na cidade (1980/2005)

A evolução da produção de grãos em Mato Grosso, e em Lucas do Rio Verde, se deu gradativamente em função de programas governamentais que visavam o desenvolvimento econômico do Brasil via exportação de produtos primários de alto nível tecnológico e científico, como os grãos (soja, milho) e algodão, expandindo-se, assim, a fronteira agrícola do estado. Contudo, a expansão dessa fronteira não representa apenas um fenômeno agrícola, mas também se caracteriza por ser uma fronteira urbanizada, onde a cidade detém a função de estabelecer as bases logísticas para as atividades do campo.

A cidade está além de ser apenas abrigo para a indústria da cadeia carne/grãos, mas, como coloca Lefévre, torna-se um centro de decisão de grande importância para a sustentação e continuidade do agronegócio. Nesse sentido, Denise Elias (2012) pondera que as indústrias

“(…) estabelecem uma gama de novas relações no território, transformam radicalmente as tradicionais relações campo-cidade, e levam esses dois espaços a emitir e a receber larga quantidade de fluxos de matéria e de informação” (2012:12)

Nesse sentido, o presente capítulo irá tratar da evolução da produção de grãos, prioritariamente da soja e do milho, na região, e em especial em Lucas do Rio Verde de 1980 a 2005, ano anterior do funcionamento da BR Foods no município.⁸ A fim de dar conta desta parte do capítulo serão avaliados dados secundários fornecidos pelo banco de dados SIDRA/IBGE envolvendo a produção de soja e milho a nível regional, estadual, região concentrada e municipal nos períodos 1990, 1995, 2000, 2005. Por outro lado, a análise da formação do espaço intraurbano de Lucas do Rio Verde e dos impactos gerados

⁸ Importante deixar em evidência que os municípios destacados na análise não cultivavam apenas soja e milho, ou que a produção de animais começa do zero após com a chegada da Br Foods, mas que a nossa análise será focada na soja e no milho neste momento pois eles eram (e continuam sendo) o carro-chefe da economia regional, e posteriormente as aves e o suínos começam a se tornar mais expressivos com a chegada da agroindústria de carnes, o que será tratado no capítulo 3.

por e a partir da evolução dos grãos e da cadeia como um todo no município, será realizada a partir dos conceitos forma, função, estrutura e processo (SANTOS, 1996).

Deve-se esclarecer que esses conceitos foram inicialmente desenvolvidos por Henri Léfèbvre (1994), inspirando o autor brasileiro Milton Santos (1996), servindo de base para este trabalho. Assim, a forma é a materialidade, o aspecto visível e exterior de um objeto de estudo e se relaciona diretamente com a função, pois esta “(...) está diretamente relacionada com sua forma; portanto, a função é a atividade elementar de que a forma se reveste” (SANTOS, 1996: 51), ou seja, é responsável por dar vida à forma, significa o papel que a forma desempenha, implicando em uma tarefa, apresentando-se como categorias indissociáveis.

A estrutura é aquela que gera a inter-relação das partes do todo, é o modo de como os elementos estão organizados e interligados a partir de uma matriz social, é onde as formas e as funções são criadas. Sem a estrutura não entenderíamos a origem de como e em que contexto surge o objeto de estudo. Para finalizar, o processo se define como ‘estrutura em movimento’, ou seja, uma ação contínua que visa um objetivo qualquer, agrega conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Apesar da forma e da função estarem intrinsecamente ligadas, devemos pensar nessas quatro categorias de forma integrada para uma análise coerente do espaço geográfico e sua organização, caso contrário, por exemplo, se levássemos em conta apenas a categoria forma, estaríamos resumindo-a em sua aparência, em uma análise solta, sem conteúdo, sem essência e sem ação.

O mesmo ocorre se forem considerados isoladamente o processo e a estrutura: estaríamos diante de “uma análise a-espacial, não geográfica, incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade em um determinado momento, nem sua dinâmica espacial” (CORRÊA, 2008). Sintetizando, Milton Santos (2008) afirma:

“Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 2008:52).

2.1- O primeiro período econômico de Lucas do Rio Verde: a evolução da soja e do milho

Desde os primeiros colonos registrados na década de 70 até os que chegaram nos períodos seguintes, com exceção dos que foram trabalhar na agroindústria, em sua maioria, possuem a agricultura como atividade principal, por ser a mesma a grande fomentadora de mão de obra.

Contudo, os cultivos foram se diferenciando em tipo e tecnologia ao longo dos anos. Inicialmente, com a terra ainda muito despreparada e recém-desmatada, o cultivo de arroz era comum nas terras no cerrado, pois este tinha a finalidade de “amansar a terra” e preparar para os outros cultivos que viriam, no caso, os grãos, como soja, milho e o algodão.

Os dados do SIDRA/IBGE são importantes para nos apresentar a evolução da produção dos grãos nessa área de expansão agrícola da década de 1970 e como está atualmente, mas são registrados no banco de dados apenas a partir de 1990 até 2015, onde estaremos nesse subcapítulo analisando até 2005 .

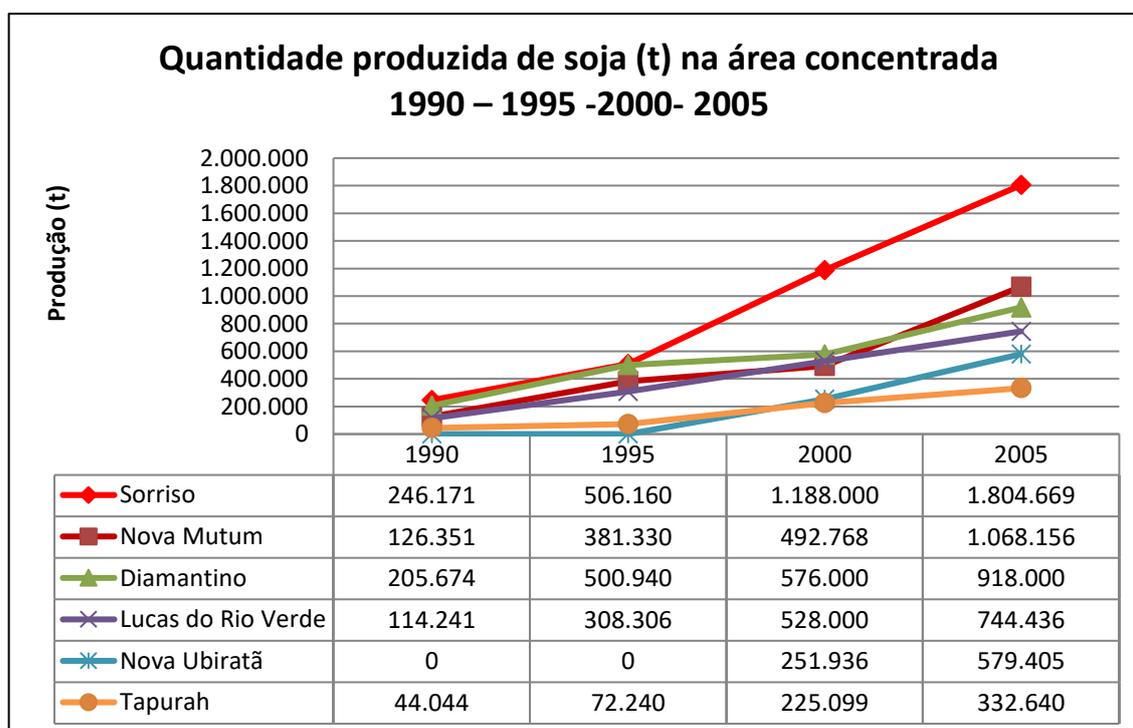
Nesse sentido, esta parte da pesquisa trata de uma análise da evolução produção de soja e milho a nível municipal, levando em consideração Lucas do Rio Verde no contexto da escala regional e nacional. Também é preciso levar em conta que os dados analisados possuem um corte temporal de 5 em 5 anos, ou seja, de 1990 a 2005, e que o município será analisado dentro da sub-região área concentrada da soja que comporta 6 municípios, pois desta forma podemos alcançar informações importantes e complementares para o cenário dos grãos nesta região.

O município de Lucas do Rio Verde está inserido em uma sub-região estudada por Bernardes (2007), destacando a autora que esta é uma área sob influência da BR-163 mato-grossense que se revela como a mais dinâmica, “(...) com forte concentração de soja, cuja fronteira interna ainda permite algum nível de expansão. Constitui a área produtora de soja mais antiga, onde os processos de expansão dos anos 80 já se encontram relativamente consolidados (...)”. Os municípios que formam essa área são: Sorriso, Diamantino, Nova Ubiratã, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Tapurah.

Observando o gráfico 2 já podemos considerar que o município de Lucas do Rio Verde não é um dos principais municípios produtores de soja nesta sub-região, alcançando

quarta posição, mas o destaque está para Sorriso, o maior produtor do país, atingindo números difíceis de superar até mesmo internacionalmente. Os municípios de Nova Mutum e Diamantino atingem números muito próximos, assumindo segundo e terceiro, respectivamente, lugar no ranking no ano de 2005. O que chama atenção também neste gráfico é o crescimento do município de Nova Ubitatã, que de 0 em 1990 e 1995 subiu para 251.936 toneladas em 2000. Esse é um dos problemas negativos de trabalhar em períodos longos, de 5 em 5 anos, pois há uma quebra da análise entre esses anos onde muito pode ocorrer e conter informações relevantes. Nesse caso, há sempre a preocupação de averiguar se algo expressivo ocorreu ao longo dessa quebra. A fim de compreender o caso de Nova Ubitatã, podemos afirmar que o primeiro registro de quantidade produzida de soja pelo SIDRA/IBGE é no ano de 1997, com 81.000 toneladas.

Gráfico 2

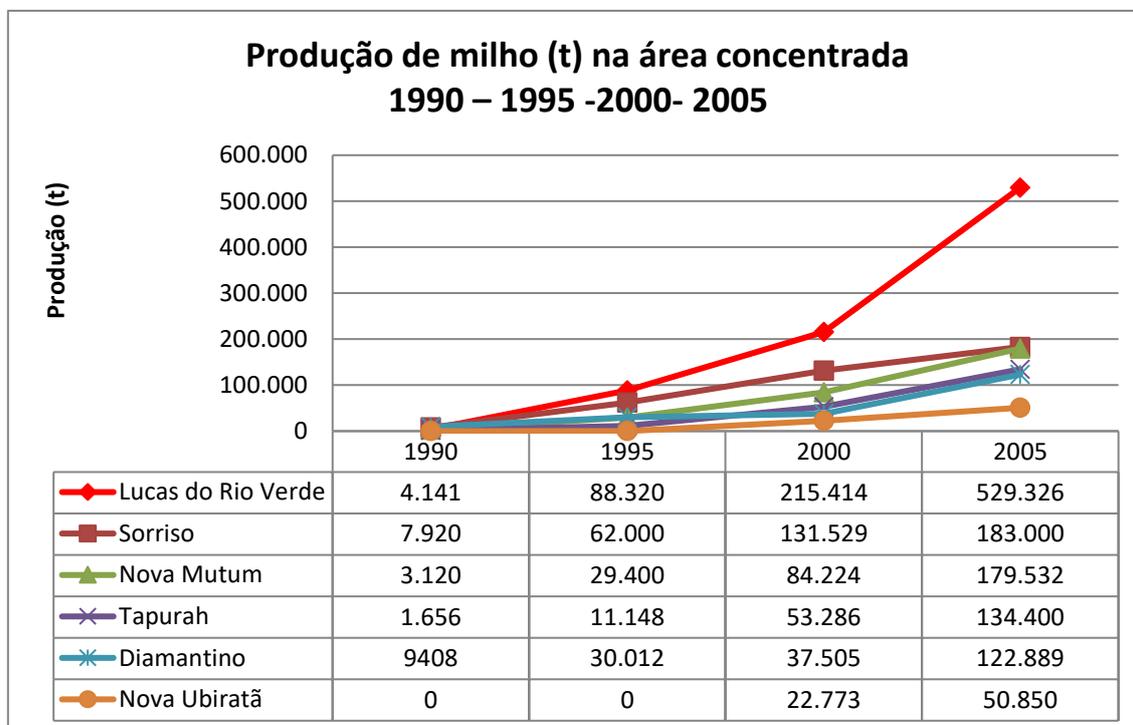


Fonte: SIDRA/IBGE, (dados brutos). Elaboração: Israella Gabrig, 2016

Com relação ao gráfico 3, o cenário de produção de milho é um pouco diferente. Temos em destaque o município de Lucas do Rio Verde que em 2005 liderou a produção, com crescimento sempre positivo nesse tipo de cultivo desde 1990. Sorriso e Nova Mutum possuem números de produção em 2005 muito próximos, porém, é o município de Sorriso se destaca com maior volume de milho ao longo dos anos. Como ocorrido no gráfico anterior, Nova Ubitatã não possui registrado nenhuma produção de milho em 1990

e em 1995, possuindo sua primeira safra em 1997 com 18.900 toneladas. Em ambos os dois gráficos (2 e 3), observamos um aumento significativo nos dois cultivos (soja e milho) a partir de 1995, com crescimento positivo de 2000 a 2005 em todos os municípios.

Gráfico 3



Fonte: SIDRA/IBGE, (dados brutos). Elaboração: Israella Gabrig, 2016

A soja é o carro-chefe do agronegócio de grãos no Brasil e, portanto, ela é prioridade na produção. Em Mato Grosso e na região concentrada da soja, há dois tipos de safra no ano: a primeira da soja e a segunda do milho, conhecida como “safrinha”. Isto muito explica os números expressivos de soja e os números menores de milho, mas ainda representativos. A produtividade na região é tão alta que os produtores pensam em aumentar para uma terceira safra de milho.

O intuito maior desta análise não está em apenas apontar quem produz mais ou menos dentro da intensa competitividade do ramo agroindustrial capitalista, mas mostrar a força desses municípios que, em conjunto, se tornaram uma forte região com potencial de atrair uma das maiores agroindústrias processadoras de carne do mundo nos anos a seguir.

2.2- A cidade: suas funções e relações com o campo

Inúmeros serão os reflexos percebidos e materializados no meio urbano devido ao desenvolvimento da produção de grãos e pela formação da cadeia. A cidade passa a se tornar cada vez mais indispensável com a intensificação da técnica na produção do campo. Contudo, antes mesmo dos grãos disporem da mais alta tecnologia, Lucas do Rio Verde já foi projetada, desde seu princípio, para ser um município com vida urbana ativa.

O processo de colonização assistida, em Lucas do Rio Verde, assim como em outros municípios, gerou uma intensificação no processo de urbanização, pois no período inicial, ao adquirirem um lote na área rural, o produtor também recebia como doação um lote na área urbana (ou este era comprado em conjunto em outros casos), onde deveria se fixar como residente ou realizar algum tipo de atividade econômica urbana. As escolas, os hospitais, os escritórios responsáveis pelas transações legais, assim como toda a atividade que não era a produção de grãos em si, eram implantados nas áreas urbanas, isto é, as relações com a cidade foram criadas intencionalmente desde o princípio. Portanto, a cidade passou a crescer e se planejar não ao acaso, mas em função das exigências da cadeia de grãos.

A natureza do espaço urbano está na capacidade de centralizar produtos, pessoas e muito mais: centraliza o poder, as decisões, os comandos; por isso, é um lugar da gestão do território. No caso das cidades do agronegócio, como Lucas do Rio Verde, além da gestão do território, também desempenha a função de regularizar a atividade rural. Segundo Elias, “quanto mais moderna se torna a atividade agropecuária, mais urbana se apresenta sua regulação” (2006, p.16). Portanto, este campo composto por uma agricultura extremamente tecnificada será dependente do meio urbano, pois é na cidade que se localizam a gestão e o comando necessários para o funcionamento e a manutenção deste novo rural.

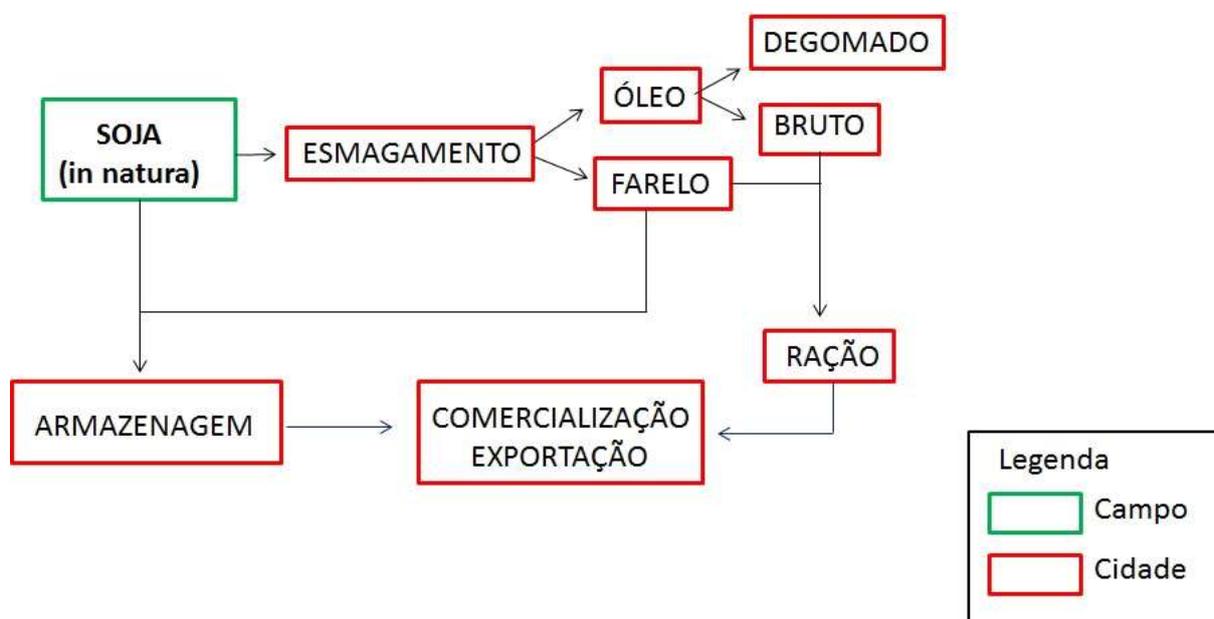
Nesse sentido, podemos nos guiar pela imagem abaixo (imagem 7) de um fluxograma simplificado da cadeia de carnes. Deve-se ressaltar que este fluxograma, em tese, trata da cadeia simplificada em um âmbito geral e não a que existe especificamente em Lucas do Rio Verde entre o período de 1980 a 2007. Nele há duas distinções, as atividades exercidas no campo representadas pelo retângulo verde, e as atividades exercidas na cidade, representadas pelo retângulo vermelho.

Observa-se em primeira análise que quantitativamente há muitos mais retângulos vermelhos do que verdes, ou seja, há mais atividades na cidade do que no campo. Isso não significa que a cidade seja mais importante e que localize os serviços e funções mais primordiais, visto que está é uma relação interdependente entre o campo e cidade, mas que de fato a cidade assume papel tão importante quanto uma atividade que a princípio é vista como apenas rural.

Destrinchando o fluxograma destacamos que basicamente a cadeia de grãos confere ao campo apenas o plantio de grãos. Esse plantio precede uma série de pesquisas voltadas para adaptação do grão ao tipo de solo e clima destinado. Pensando já na necessidade de pesquisas voltadas para este tipo cultivo, cria-se a partir de incentivos federais a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER), que tem o objetivo de dar suporte técnico imprescindível para ampliar a produtividade agrícola, fornecendo subsídios e outros incentivos.

Imagem 7

Fluxograma simplificado da cadeia de soja



Elaboração: Israella Gabrig, 2016.

Além das pesquisas que precedem o plantio, é necessário refletir o que o campo precisa para que o cultivo de grãos ocorra e onde podemos encontrar esses serviços e

instrumentos. Não é possível pensar a agricultura moderna em Mato Grosso sem o alto investimento em máquinas e insumos capazes de fertilizar, arar, semear, controlar pragas e colher os grãos. Para obter esse maquinário e os pacotes dos químicos com altíssimo valor, podendo chegar a 1 milhão de reais apenas uma máquina de colheita, o produtor (mesmo sendo um grande produtor) é obrigado a recorrer a empréstimos e subsídios para custear a safra do ano.

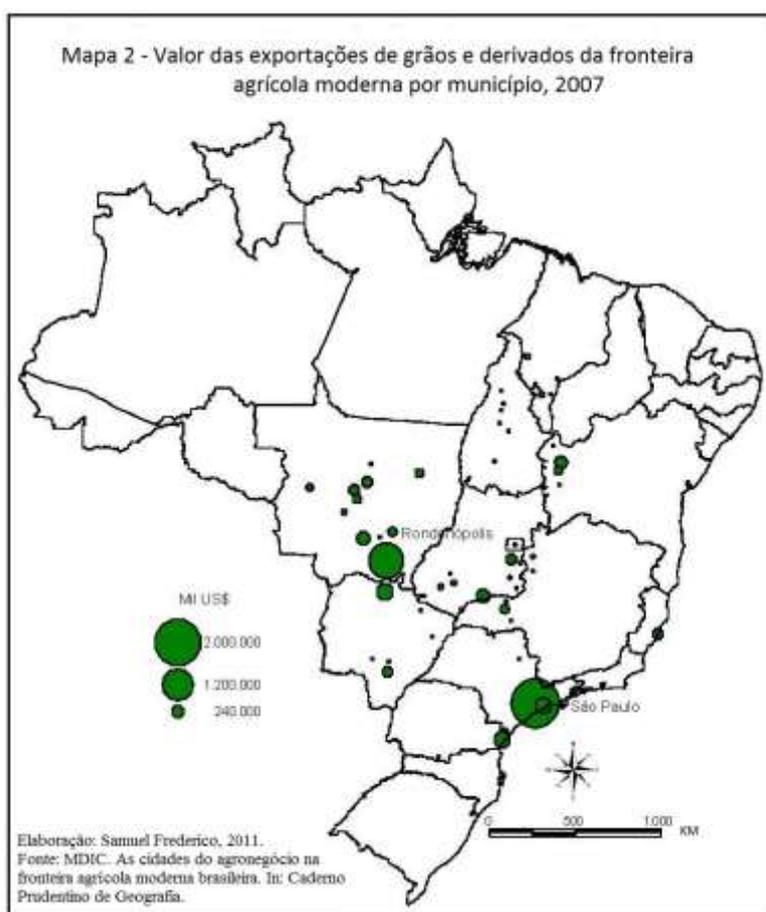
A grande diferença entre o financiamento público e o privado é o valor médio dos empréstimos e a seletividade. As empresas e as *tradings*, além de comercializarem e produzirem elementos importantes para a agroindústria, também podem financiar a produção, fornecer pacotes agrícolas e comercializar o produto final. Ou seja, essas empresas globais, também conhecidas como as *tradings*, tornam-se intermediadoras entre o produtor e o mercado.

Verifica-se que há uma tendência nas cidades do Centro-Oeste de possuir grande concentração de *tradings*, como a Bunge (NL), a Cargill (EUA), a ADM (EUA), a Louis Dreiffus (FR), a Amaggi (BR) e outras, que detém forte domínio no comércio global de *commodities*, assim como maior presença de numerosas empresas que fornecem serviços vinculados ao setor agropecuário, pois os grandes produtores não se articulam em cooperativas, mas individualmente, significando um maior mercado para essas empresas. A distância dos grandes centros e a necessidade de maior tecnologia para o desenvolvimento da agricultura no Cerrado explicam por que é determinante a proximidade de grandes empresas na região, ocupando e dinamizando cada vez mais a cidade.

Referente à comercialização dos grãos e as *tradings*, vale salientar um fato interessante a ser destacado: muitas das vezes os municípios produtores de grãos não são os municípios comercializadores. Vejamos o mapa 2 que representa o valor das exportações de grãos e derivados nos municípios em 2007, observamos pouca concentração de municípios que exercem essa função, sendo o que mais se destaca é a cidade de São Paulo, que mesmo sem produzir se torna o maior exportador, sendo responsável por 32% do total das exportações de grãos e derivados e por 27% da soja produzida no país (MDIC, 2007), chegando a exportar quatro vezes mais que a produção de grãos de Sorriso, a capital mundial da soja.

Isto é explicado pela forte presença de escritórios das principais empresas exportadoras de *commodities* agrícolas do mundo, as tradings, como Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Multigrain e Agrenco. A cidade paulista é onipresente em toda fronteira agrícola, desempenhando a função de produzir e de comandar parte dos fluxos financeiros, informacionais e de mercadorias. Embora a cidade de São Paulo não é responsável por comandar todo processo do agronegócio, asseguramos que essa cidade faz parte de um centro de comando de muitas ações e fluxos, desempenhando papel significativo na exportação dos grãos (FREDERICO, 2011).

Frederico (2011:15) explica que “as disparidades entre exportação e quantidade produzida permitem averiguar os pontos de controle da produção nacional, representados pelas cidades que possuem uma maior divisão do trabalho, fruto da capacidade de se conectar com outros pontos do território e do mundo”.



Nesse sentido, a presença das tradings em São Paulo e em Lucas do Rio Verde, nos ajuda a entender a ligação do local com o mundo, pois essas empresas são pontos de uma rede mundial interligando as cidades do agronegócio, passando pelos principais

portos exportadores e centro financeiros do país, bem como alcançando a bolsa de valores de Chicago – CBOT e os países importadores.

No ambiente urbano há também a necessidade das fábricas processadoras dos grãos, que irão transformá-los em óleo e farelo, este o principal componente da ração para os animais (bovinos, suínos e aves), revendedoras, representantes e montadoras de máquinas agrícolas, bem como a assistência técnica necessária para o seu uso no campo, mecânicas e empresas de frete para logística de escoamento do grãos in natura ou farelo com destino aos portos ou cidades próximas e, principalmente, mão-de-obra para preencher as vagas desde os altos cargos de gerência, bem como mão de obra técnica para manipulação dos maquinários, e outras funções que exigem menor grau de instrução.

A origem dessa mão de obra inicial foi bastante desenvolvida no capítulo anterior, referente ao primeiro e segundo ciclo migratório, podendo também agregar mão de obra da capital, Cuiabá. Um dos impactos mais sentidos na cidade será exatamente a correlação da necessidade de mão de obra, levando ao aumento populacional. Como já mencionado anteriormente, a colonização até os anos 2000, ou seja, antes da cadeia de carnes, era majoritariamente de origem da região sul e sudeste.

Não podemos deixar de citar que em casos específicos houve a necessidade da mão de obra de outras regiões, como do Norte e Nordeste, para abertura da mata ainda virgem, construção de estradas e de grandes empreendimentos fabris. Porém, essa mão de obra nordestina e nortista, com baixa qualificação, não residia no ambiente urbano e logo voltava para o local de origem após o término das grandes obras, ou seja, tratava-se de um movimento migratório temporário.

Contudo, a população residente em Lucas do Rio Verde sempre esteve em crescimento. Como podemos observar no gráfico 4, de 1997 a 2007 há um crescimento significativo de 125% em 10 anos. Contudo, apesar do rápido e intenso crescimento populacional, ainda se tratava de uma pequena cidade com 30.782 habitantes em 2007, o que facilitava o controle social tão característico das cidades do agronegócio nessa região e principalmente em Lucas do Rio Verde determinando, portanto, um padrão sócio econômico nos residentes: “gaúchos” que trabalhavam no campo ou no comércio local da cidade.

Gráfico 4



Elaboração: Israella Gabrig, 2016. Fonte: Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde

O município desde então já apresentava intenso crescimento populacional, o que será refletido diretamente na configuração urbana. O perímetro urbano será expandido ao longo dos anos, assim como, inevitavelmente, a paisagem urbana também sofrerá nítidas alterações. Nas imagens abaixo (imagem 8 e 9) observamos como a paisagem se alterou em 10 anos na cidade de Lucas do Rio Verde.

Imagem 8

**Vista área do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde.
Ano 1994 – Acervo da Cooperlucas**



Fonte: NOGUEIRA, 2006, edição por Israella Gabrig, 2016.

Imagem 9

Vista área do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde.

Ano 2004 - Acervo da Prefeitura Municipal

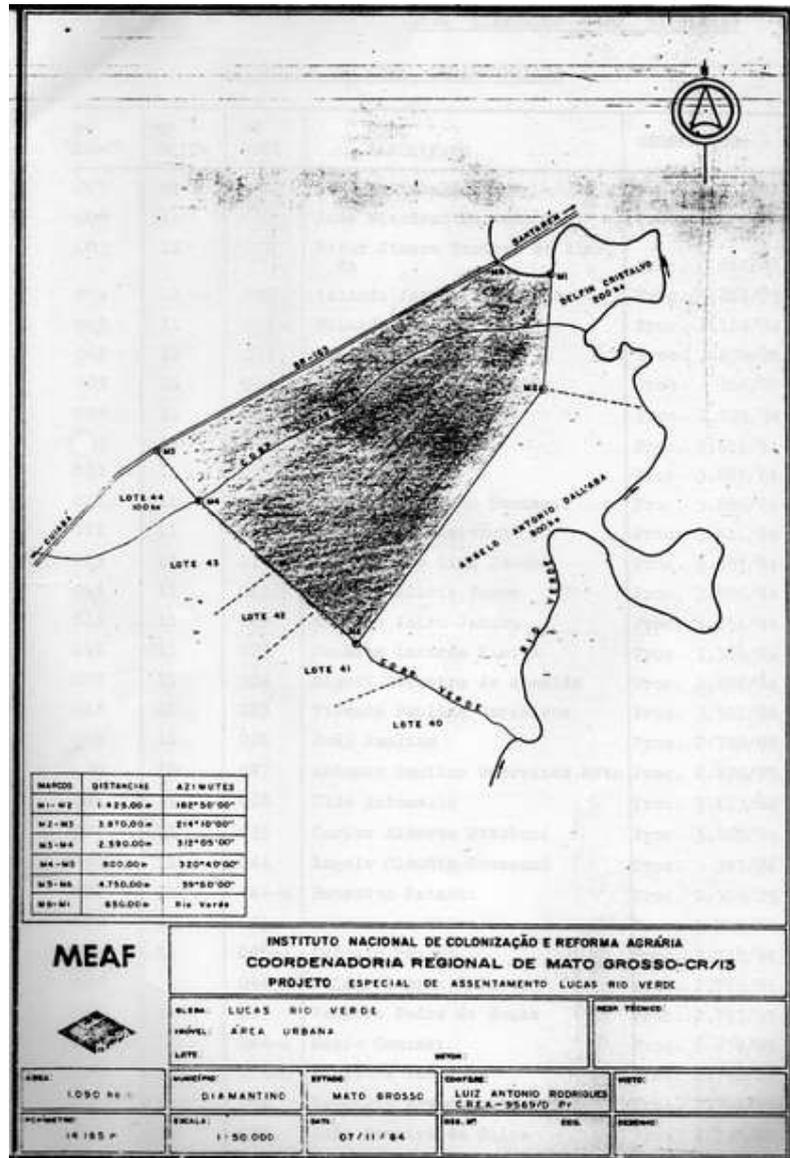


Fonte: NOGUEIRA, 2006, edição por Israella Gabrig, 2016.

No que se refere ao perímetro urbano, temos na imagem 10 o resgate do primeiro esboço no ano 1984, ou seja, dois anos após a chegada dos primeiros parceiros, momento em que a Coordenadoria Regional do INCRA/MT elaborou o primeiro mapa com a definição da área urbana. Como já mencionado anteriormente, as agrovilas eram espaços pensados na lógica do urbanismo rural do INCRA com intuito de diminuir os custos com a colonização instalando a infra-estrutura necessária (escola, posto de saúde, etc.) somente no espaço urbano e não nas linhas onde estavam localizados os lotes rurais. Portanto, cada assentado recebeu, além do lote rural, um lote na zona urbana.

Imagem 10

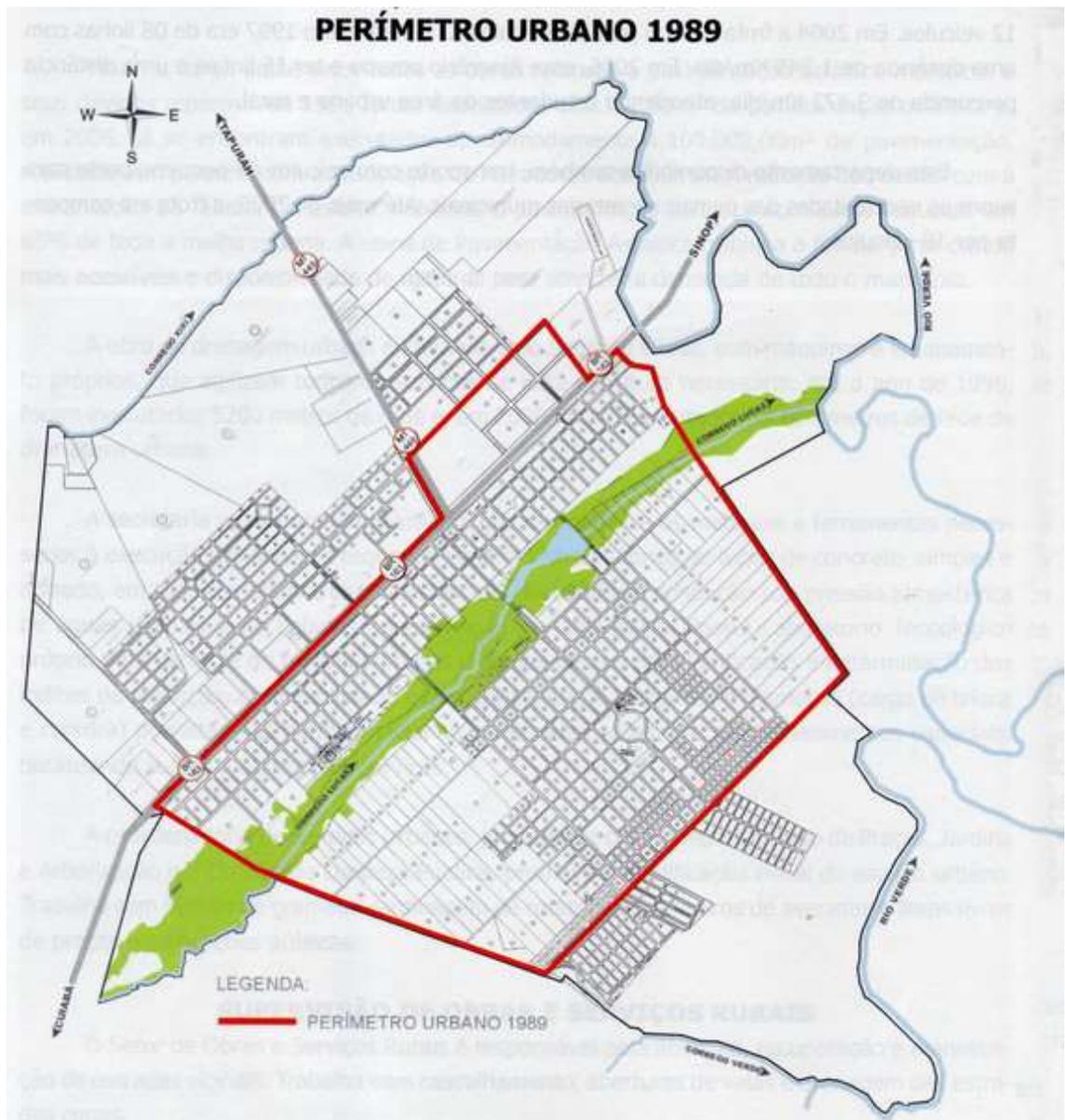
Perímetro Urbano Lucas do Rio Verde, 1984



Fonte: ROCHA, 2010. (INCRA/MT)

As alterações já começam a ocorrer alguns meses após a sua emancipação político administrativa, conforme pode ser observado na imagem 10. Em 09 de fevereiro de 1989, momento em que a prefeitura de Lucas recebeu do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) o título de doação da área urbana juntamente com o projeto de urbanização elaborado pelo próprio órgão em 13 de maio de 1986. Neste mesmo ano, em 13 de junho, através da lei municipal nº 026/89, o município aprovou a delimitação do perímetro urbano em 1.405,0024 hectares.

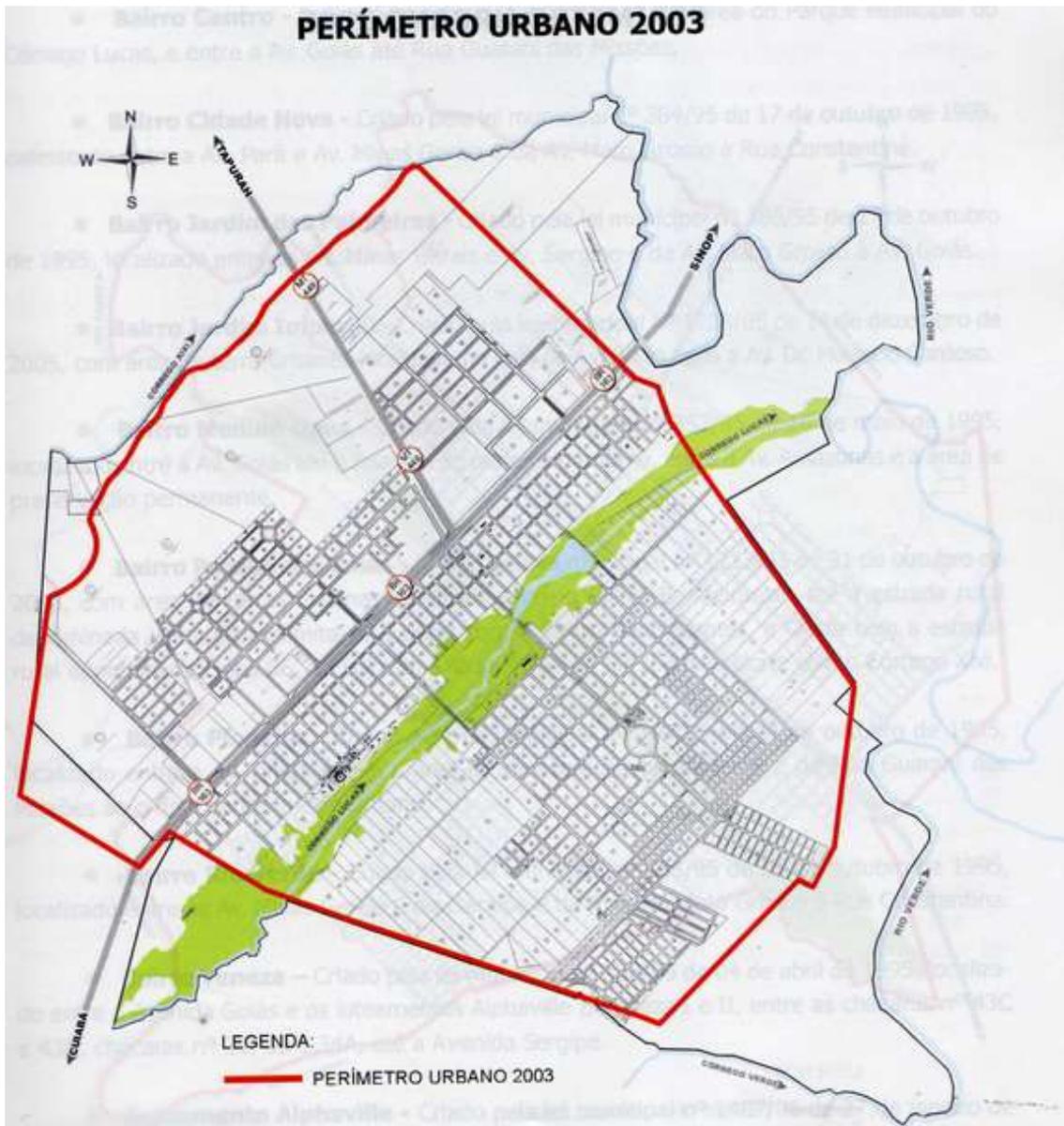
Imagem 11



Fonte: Plano Diretor de Lucas do Rio Verde

Quatorze anos depois, em julho de 2002 foi aprovada a ampliação do perímetro urbano de acordo com a lei municipal nº 887/2002, porém, no ano seguinte uma nova alteração foi proposta para regularizar uma área do poder público municipal onde foram construídas casas populares. Com isto o perímetro urbano passou para 2.256,57 hectares (imagem 12).

Imagem 12



Fonte: Plano Diretor de Lucas do Rio Verde

Essa alteração estava vinculada a um projeto de cunho social no qual famílias de baixa renda puderam acessar linha de financiamento do Sistema Financeiro de Habitação para aquisição de terreno para construção da casa própria. Estes projetos denominados “Minha Vez I” e “Minha Vez II” foram possíveis mediante a parceria entre a prefeitura municipal e empresas privadas que financiaram a compra de materiais de construção tendo como beneficiárias 568 famílias até 2003.

Em 2005 uma nova ampliação do perímetro urbano foi aprovada pela lei municipal nº 1.220/2005 ficando a área urbana com 3.033,281072 hectares conforme a imagem 13.

Imagem 13



Fonte: Plano Diretor de Lucas do Rio Verde.

Estruturalmente o município foi organizado desde o princípio de forma bastante peculiar e característico das cidades do da BR-163 mato-grossense trecho Cuiabá – Santarém, tornando-se um padrão de ocupação: cortados pela BR-163, o lado esquerdo (sentido norte-sul) concentra-se a área residencial e todos os serviços para a população; no outro, ao lado da rodovia, ficam as atividades industriais (silos, armazenagens, esmagadoras, etc), e outros serviços como mecânicas, representantes de máquinas e de

pacotes técnicos, consultorias e alguns escritórios, concentrando-se quase exclusivamente ao longo da margem da BR.

A cidade irá incorporar e construir seus fixos e fluxos de acordo com as necessidades que lhe são impostas, e isso inclui todas as funções que foram citadas acima, gerando um crescimento planejado, por parte do poder público, e acelerado, devido às demandas do agronegócio global.

No sentido geral, podemos afirmar que as cidades do agronegócio compõem um urbano diferenciado, com suas funções voltadas para o atendimento às demandas do agronegócio global, e por isso possuem forte dinamismo e atuação em diferentes escalas (local, regional, nacional e global), inserindo no local uma nova ordem e um novo tempo, que conviverá com a razão local, pois “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 2009, p.339).

Este modelo de colonização e ocupação dos núcleos urbanos se configura como lócus de produção e concentração do capital e de reprodução da força de trabalho utilizada no campo, e desempenha um papel fundamental na incorporação desta fronteira ao espaço global. A cidade é planejada para controlar e regular as atividades do campo, assegurando a nova ordem imposta pelos processos de globalização. O campo, por sua vez, comanda e interfere no modo de vida da cidade. Esta inter-relação campo-cidade é constatada em cidades como Lucas do Rio Verde, que abrigam atividades diretamente ligadas à produção agrícola, cuja economia e desenvolvimento dependem da relação global-local típicas da sociedade contemporânea (ROCHA, 2010).

Moreira (2003 e 2007) nos alerta para esta ressignificação do espaço agrário como um novo mundo rural, concebido não mais como espaço exclusivamente de atividades agrícolas, mas como lugar de sociabilidades complexas, ligando relações que se dão nas mais variadas redes (regionais, estaduais, nacionais e até mesmo transnacionais). Sendo assim, as atividades do rural e do urbano na contemporaneidade são marcadas pela fluidez, confundem-se e complementam-se e, de acordo com o autor, “as sensibilidades urbanas e rurais – os sentidos do corpo e da mente – são culturalizados na cidade por valores universalizantes e homogeneizantes e, no rural, por valores localistas e diferenciados, habilitando-nos a falar de culturas rurais, mas em culturas rurais nas quais o seu oposto urbano está presente” (Moreira, 2007:293).

A cidade acorda em função do horário do campo, a fazenda possui sua sede na cidade, ou seja, trata-se de uma relação ambígua e dialética, onde a cidade/urbano vive econômica, social e culturalmente em função do campo/rural. Não se trata do rural atrasado, voltado à produção de subsistência e abastecimento interno, ao contrário, é um rural moderno, calcado na instalação da mais alta tecnologia no campo, com a utilização de máquinas e equipamentos que exigem uma mão de obra qualificada, tornando-se o rural dos agricultores empresariais, da produção de soja em larga escala, visando atender a uma demanda global. Portanto, o estilo de vida da cidade possui uma relação de reciprocidade com o ritmo da vida do campo, transpondo as fronteiras tradicionais que distinguiam o urbano do rural (ROCHA,2010).

Rocha (2010:135) explica que “para compreender o microcosmo social que pulsa no interior da vida urbana de Lucas do Rio Verde é preciso recorrer ao ritmo e à intensidade da sua vida rural, ou seja, é preciso reconhecer o *continuum* da relação rural-urbano, ou campo-cidade”. Considerando as mudanças e transformações do/no meio rural na contemporaneidade, surgem os novos paradigmas e uma nova dualidade rural-urbano, o que gera a retomada da noção de *continuum* numa tentativa de compreender as complexas relações resultantes deste processo (ROCHA, 2010).

De acordo com Wanderley (2000), é possível identificar duas vertentes. A primeira abordagem “urbano, centrada”, descrita por Rambaud (1976), destaca o urbano como o pólo dinâmico e dominante e o rural como o pólo atrasado do *continuum*. Desta relação assimétrica resultaria um processo de homogeneização social do espaço traduzida pela “perda de nitidez das fronteiras” entre o rural e o urbano e, grosso modo, para esta vertente estaríamos diante do “fim do rural” (Wanderley, 2000).

Contudo, o *continuum* rural-urbano na fronteira amazônica guarda especificidades, pois os projetos de colonização executados pelo INCRA previam a relação contígua entre campo e cidade desde o planejamento do espaço. A cidade é o local de residência dos pequenos e grandes produtores, suas famílias e da maioria dos trabalhadores rurais assalariados que desenvolvem alguma atividade no campo. O campo então desenvolve a função do lugar de trabalho, enquanto a cidade tem a função de lugar de moradia, de tomadas de decisão, da industrialização e concentrar os dos serviços necessários para a (re)produção do agronegócio global estabelecido em Lucas do Rio Verde.

Após analisar o processos e a estrutura socioeconômica e cultural em Lucas do Rio Verde no primeiro período (1980/2007), assim como na região e no país como todo, podemos observar que o processo de produção da cidade resultará em formas específicas implantadas no ambiente urbano e rural já com funções também específicas e pré determinadas. Em suma, a cidade é produzida em um contexto agrário exportador voltado para o mercado global, e vai se moldando e expandindo conforme as necessidades desse mercado, justapondo diferentes tempos. Com a chegada da Br foods, uma nova ordem será imposta, intensificando os fluxos e as funções do urbano, além de incorporar novas funções para a cidade e o campo, assunto tratado no capítulo a seguir.

3 Capítulo - O segundo período econômico em Lucas do Rio Verde e seus reflexos na cidade (a partir de 2005)

Fica evidente o crescimento da produção de grãos no Centro –Oeste, bem como na região concentrada da soja, ao longo dos anos, consolidando-se nos anos 2000 e atraindo cada vez o interesse de grandes agentes e atores do setor agroindustrial global. Não por acaso, será também nos anos 2000 que o setor do agronegócio vai se constituir como prioridade na agenda política macroeconômica externa e na política agrícola interna.

Segundo Delgado (2012) a retomada de atenção ocorre devido a uma grave crise cambial no mundo em 1999, onde o governo federal decide elencar o setor primário–exportador como o responsável por controlar o saldo comercial brasileiro, desenvolvendo, por tanto, uma série de medidas e políticas públicas favoráveis à agricultura comercial exportadora, como: investimentos em infraestrutura territorial, direcionamento de pesquisas agropecuária (EMBRAPA) em sincronia com empresas multinacionais do agronegócio, reativação do crédito rural nos planos de safra, entre outras medidas.

Neste mesmo período de forte retomada do agronegócio no cenário político, empresários do ramo passam a se interessar em atrair indústrias de carnes para a área concentrada da soja, que até 2005 se mantinha economicamente, e produtivamente, voltada para os grãos. O fato da região se apoiar principalmente na produção de grãos gerava desconforto, instabilidade e insegurança por se tratar de um mercado de commodities com fortes variações na bolsa de valores.

Portanto, combinando incentivos do governo estadual com interesses privados que visavam superar a denominada regionalizada “crise” do preço das commodities, foram criadas as condições necessárias para a região se tornar devidamente atraente para as indústrias do ramo de carnes, com o intuito de diversificar e agregar valor à produção de grãos.

Destacamos a instalação da Sadia⁹ no ano de 2008 no município de Lucas do Rio Verde, com capacidade de abate de 500 mil frangos /dia e de 10 mil suínos/dia, sendo

⁹ A Sadia e a Perdigão entraram em fusão no ano de 2011, originando a Brasil Foods (BRF), a maior indústria agroalimentícia exportadora de frangos do mundo.

esta cadeia agroindustrial de carnes (aves e suínos) inserida no município com alto padrão técnico, organizada e integrada com a grande produção de grãos, os quais seriam industrializados e transformados em ração para os animais, constituindo assim, a cadeia carne/grãos (BERNARDES, 2011).

De fato, o grande volume de grãos na região foi o maior fator de atração por parte da cadeia de carnes, mas devemos lembrar que a decisão de implantar uma unidade fabril com proporções como a da Sadia em um município não é feita ao acaso, levando muitas vezes a disputas municipais e acirrando a competitividade regional, gerando a chamada “guerra dos lugares”.

Santos (2008) explica que, na verdade, a guerra dos lugares trata de uma guerra global entre os lugares. As maiores empresas elegem pontos de interesses em um país, sendo necessário que os lugares se adaptem às condições técnicas e políticas para a sua instalação, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas, etc.

No caso da Sadia houve a disputa entre alguns municípios, em destaque Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum. Apesar de Sorriso ter a maior produção de grãos, o município também continha algumas características naturais desfavoráveis que poderiam comprometer a sua produção, como: rota migratória de aves, e parte do seu território estar inserido na reserva da Amazônia Legal. No caso de Nova Mutum, o município já contava em 2005 com uma unidade da Perdigão.

Informações obtidas em trabalho de campo também nos ajudam a compor o quadro das negociações, como a informação obtida de que Lucas do Rio Verde cedeu à indústria de carnes 12 anos de exoneração fiscal. Outros elementos de negociação também são importantes para a decisão final, como: concessão de terras, uma rede de telecomunicação acessível, ser um ponto estratégico tanto para obter matéria prima quanto para o mercado de consumo, disponibilidade hídrica e energética, e etc.

A instalação da Sadia abre espaço para o surgimento de instalações fabris diretamente vinculadas à produção de frangos e suínos, assim como para outras indústrias de outros setores, as quais passam também a se instalar na área. O surgimento de novas demandas e necessidades geradas a partir da cadeia de carnes permite que a cidade

agregue novas funções, exigindo a reorganização do espaço urbano. Portanto, o município vem passando por um processo de modificações de seus espaços para se ajustar às novas exigências da cadeia de carnes, alterando a composição urbana e rural.

3.1- O segundo período econômico de Lucas do Rio Verde: a chegada da agroindústria de carnes

O Centro-Oeste conquistou alta expressividade na produção de grãos e vem ultrapassando a produção sulista desde 1999. Entretanto, em 2005, ao contrário do que vinha acontecendo em anos anteriores, os agricultores de Lucas, assim como de todo o país, viram-se diante de um cenário desfavorável com a queda dos preços domésticos da saca de soja, registrando um valor médio de R\$ 30,00 depois de ter alcançado R\$ 42,00 em meados de 2004, resultando na forte retração das taxas de câmbio e perdas de produtividade na safra daquele ano com impacto direto no índice de lucratividade média depois de anos consecutivos de crescimento (Fonte: IMEA, FAMATO).

Nesta conjuntura, uma série de ações voltadas particularmente para o agronegócio mobilizou representantes do poder público local, agricultores, setor privado e sociedade em geral. Em meio à “crise” que se anunciava e à consequente desvalorização do preço da saca de soja, a solução encontrada foi a busca pela verticalização da economia no intuito de transformar Lucas do Rio Verde de produtor de bens primários para exportador de bens industrializados (ROCHA, 2010).

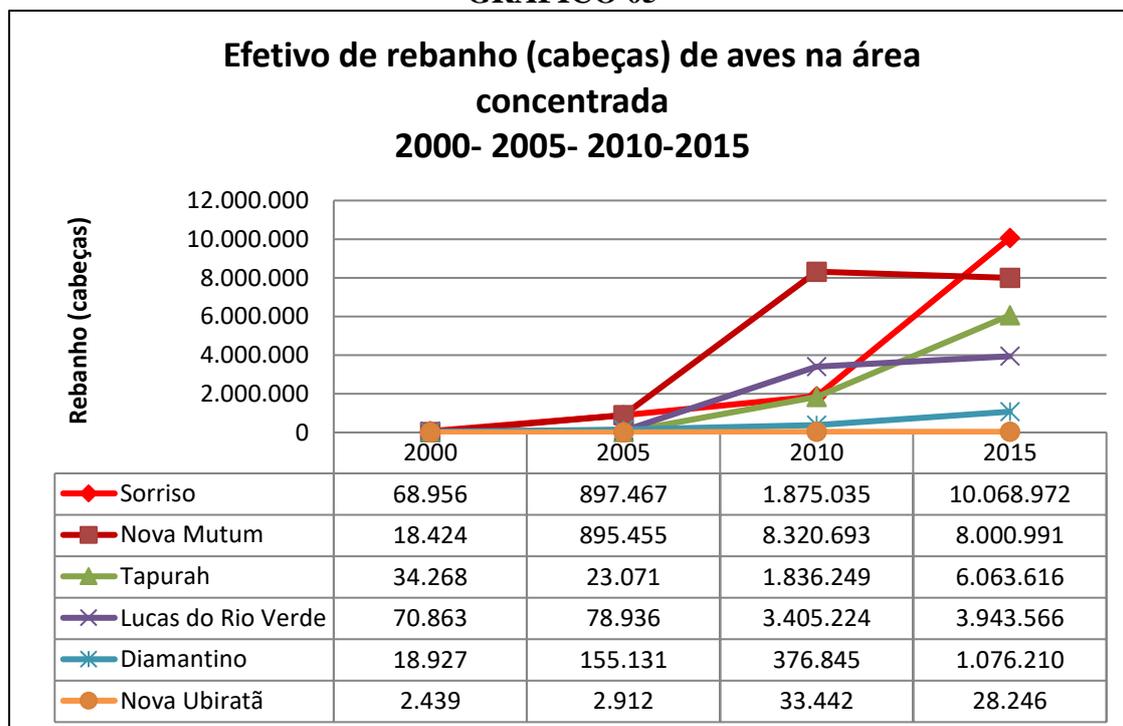
A verticalização se caracteriza pela construção de arranjos produtivos capazes de incrementar, valorizar e melhorar vários aspectos socioeconômicos no meio rural, tais como geração de emprego e renda, agregação de valor à produção, diversificação do sistema produtivo, redução de perdas, etc. (Lazzarini e Machado Filho, 1997).

De acordo com Wesz Jr (2008), esta estratégia permite a implementação de procedimentos que agregam valor ao produto primário, apoiando-se na combinação das atividades desenvolvidas: produção de matéria-prima + processamento e/ou industrialização + comercialização, gerando o que também conhecemos como cadeia produtiva carne/grãos.

Rocha (2010) explica que no caso de Lucas do Rio Verde a busca pela verticalização foi mais do que uma saída à crise conjuntural, foi também resposta às novas condições do mercado e de competitividade no setor agropecuário. A primeira iniciativa foi o investimento dos produtores locais de toda região na suinocultura e na avicultura como uma atividade agregada à produção de grãos.

Os dados abaixo demonstram que houve o crescimento em ambos os rebanhos na região concentrada da soja. A evolução do efetivo de aves (gráfico 5) na região demonstra um aumento significativo em todos os municípios a partir de 2005, destacando-se em 2015 o município de Sorriso com o maior rebanho, com incremento da ordem de 109% em 2010 com relação a 2005, e maior ainda em 2015 com relação a 2010, atingindo crescimento de 437%.

GRÁFICO 05



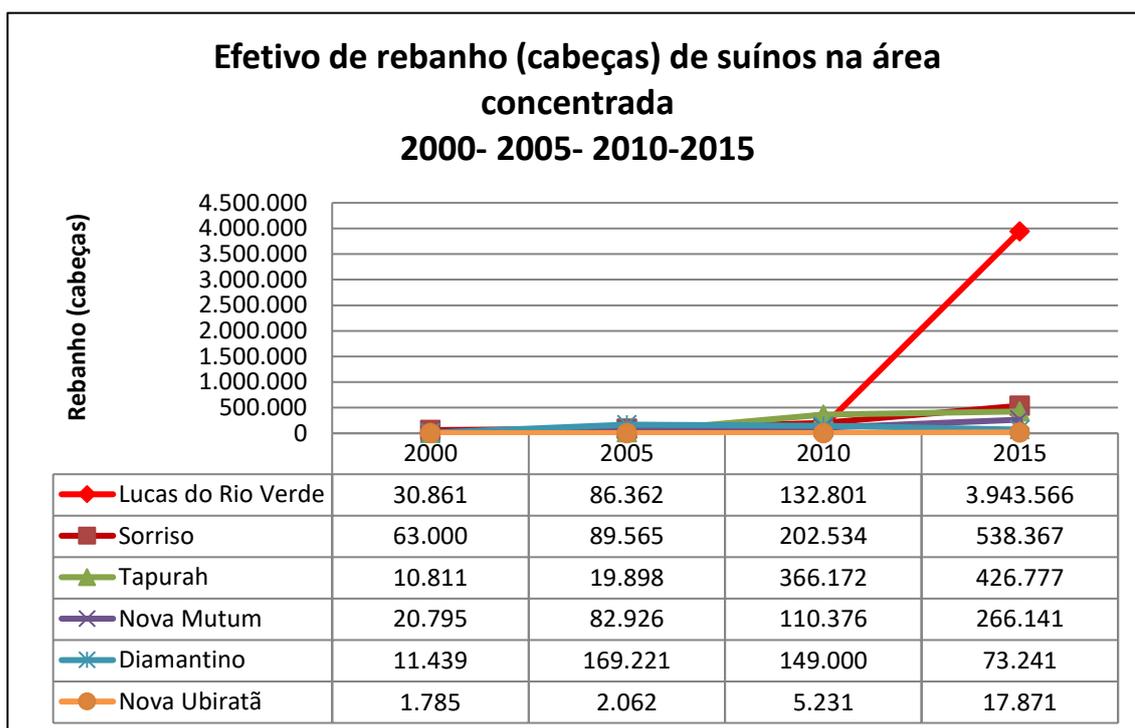
Fonte: Prefeitura Municipal. Elaboração: Israella Gabrig, 2017

Porém, é preciso ressaltar que no município de Sorriso já existia uma agroindústria processadora de carne de aves, a Anhanbi, instalada em 2002. Diferentemente da BR Foods, no caso da Anhanbi trata-se de uma agroindústria de porte médio que envolve pequenos produtores, comercializando com o mercado local e regional. Ou seja, neste município, mesmo que de forma menor e tímida, já havia a inserção do circuito das aves,

e já não se tratava de uma grande novidade como o incremento ocorrido em 2005, mudando a proporção da produção e as normas ditadas pela Br Foods.

A suinocultura também apresenta evolução positiva a partir de 2005. De 2005 a 2010 o município que liderava o maior rebanho era Tapurah, porém, Lucas do Rio Verde apresenta um enorme salto de 2010 a 2015, assumindo uma posição muito a cima de todos os outros, com quase 4 milhões de cabeças.

Gráfico 06



Fonte: SIDRA/IBGE. Elaboração: Israella Gabrig, 2016

Em meados de 2005 a Sadia S/A, agroindústria de produção, distribuição e exportação de gêneros alimentícios congelados e resfriados, anunciou um investimento robusto em Mato Grosso na construção daquela que seria uma das maiores plantas industriais do setor alimentício do país, com capacidade de abate de 500 mil frangos/dia e de 10 mil suínos/dia,

Rocha (2010) e Cardoso (2008) chamam a atenção para uma possível mudança de paradigma produtivo que passa a ocorrer no momento em que há o deslocamento dos tradicionais investimentos no setor avícola do sul do país, onde o sistema de produção baseia-se na integração de pequenos produtores com a grande agroindústria para instituir

uma avicultura moderna com base num novo modelo de integração a qual representa a busca por um novo dinamismo na cadeia carne-grãos ao selecionar “espaços dotados de maior racionalidade técnica e econômica” a fim de obter maior participação no mercado interno e garantir uma “inserção cada vez maior no mercado internacional”.

Este dinamismo produtivo só é possível através da implantação de um novo modelo de integração que, para Fernandes Filho e Queiroz (2001), apresenta características específicas, dentre as quais se destacam:

“ alto nível de automação dos aviários, redução do número de produtores integrados em cada planta industrial e dos contratos estabelecidos pelas agroindústrias integradoras, médios e grandes produtores integrados e com maior capacidade de investimentos e acesso a conhecimentos acerca dos mercados, produtores que busquem alternativas de investimentos e, sobretudo, re-espacialização das agroindústrias integradoras em regiões que apresentem perfil de competitividade através de uma rede de produtores com capacidade de alavancar financiamentos; integração produtiva com outras agroindústrias; redução de custos de produção através de incentivos fiscais, doação de terrenos para implantação da planta industrial e de projetos complementares, empréstimos com juros atraentes, prazos prolongados para pagamento de ICMS, redução de alíquotas e em especial a integração com produtores que contribua para a redução de custos com logística, insumos, provisão de ração e serviços diversos” (Fernandes Filho e Queiroz, 2001:4; Cardoso, 2008:108).

A cidade candidata a receber as instalações da Sadia deveria preencher alguns requisitos, tais como, ser um polo produtor de soja e milho, boa localização geográfica e acesso rodoviário, oferecer água e energia em abundância, ter um sistema produtivo atrelado a boas práticas ambientais e um bom nível de governança local. Após uma disputa política entre alguns municípios, em 19 de setembro de 2005 a empresa anunciou sua decisão: investimento de aproximadamente 800 milhões de reais em Lucas do Rio Verde na construção de uma unidade agroindustrial com abatedouros de aves e de suínos, fábrica de produtos industrializados e fábrica de rações.

Empresas do porte da Sadia ao deslocar seus investimentos do sul do país para uma área de expansão na fronteira agrícola buscam, de acordo com Cardoso (2008), um local que apresente um perfil de competitividade, bem como possa oferecer redução nos custos de produção através de incentivos fiscais, doação de terrenos para implantação da planta industrial, instalação de projetos complementares, empréstimos com juros atraentes, prazos prolongados para pagamento de ICMS, redução de alíquotas e em especial a integração com produtores que contribua para a redução de custos com logística, insumos, provisão de ração e serviços diversos (Cardoso, 2008:108).

Nesse sentido, a lei municipal nº 1.272 de 25 de maio de 2006 autorizou “o Poder Executivo Municipal a conceder incentivos à empresa Sadia para implantação de uma unidade industrial” e em seu artigo 2º deferiu a compra de área para instalação da fábrica ficando o poder executivo “autorizado a formalizar o processo legal para aquisição, podendo inclusive permutar área de particulares, como parte do pagamento e/ou indenização” (Fonte: Lei Municipal 1.272/2006).

A lei 1.300/2006 aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada em 20 de julho de 2006 pelo prefeito concedeu a título de “doação com encargo” o “imóvel denominado de lotes 41/42/43-B, setor 13, de 49,0790 has” para “implantação da Central de Incubação integrante do Complexo Agroindustrial da empresa Sadia S/A”. O referido texto de lei também estabelece um prazo limite (31 de dezembro de 2009) para “construção e operação” da unidade agroindustrial sob pena de “reversão do bem ao patrimônio do município” (Fonte: Lei Municipal 1.300/2006).

Inicialmente, o projeto Sadia estimou o investimento de R\$ 1,5 bilhão até 2009 na construção da infraestrutura das três unidades que compõe o complexo industrial: unidade de produção de aves; a unidade de abate e corte de aves e suínos e a fábrica de rações e fabricação de embutidos conforme podemos verificar na imagem 14.

Imagem 14

Planta baixa da Sadia (Acervo Prefeitura Municipal)



Fonte: Rocnha (2010:158). Edição: Israella Gabrig

Todavia, devemos considerar que a decisão da Br Foods em implantar seu complexo em Lucas do Rio Verde não está relacionada apenas a fatores econômicos de isenção fiscal e incentivos diversos como destacado acima, mas, está relacionada, também, por “um jogo político numa arena onde as próprias instituições envolvidas, sejam elas públicas ou privadas, revelam assimetrias de poder” (ROCHA, 2010:159).

Além das condições favoráveis para produção de soja e milho com altos índices de produtividade, Bethy Rocha (2010) acredita que a instalação da Sadia foi motivada por outros dois fatores: o primeiro pelas alianças políticas mediadas pelo poder público local, que garantem um ambiente favorável para instalação de outras empresas que operam, atualmente, como parceiras num sistema produtivo integrado, e o segundo fator está ligado pela consolidação de um projeto de diversificação e verticalização que atendessem às exigências globais de responsabilidade ambiental.

A autora explica que o primeiro fator refere-se ao tipo de arranjo produtivo integrado que em Lucas do Rio Verde consolidou-se em três grandes projetos industriais

que já estão trabalhando de forma integrada: as unidades agroindustriais da Sadia; a esmagadora de soja da Amaggi e a usina de biodiesel da Fiagril.

Na imagem abaixo (imagem 15) temos uma planta que seria a proposta no novo perímetro e expansão urbana em 2007. Nela observamos a disposição estratégica dessas três agroindústrias assim como a vila operária da Sadia. A instalação de uma planta industrial da Amaggi em Lucas do Rio Verde foi orçada em 100 milhões de reais com capacidade produtiva de 3 mil toneladas/dia como uma das ações do planejamento estratégico da empresa no intuito de agregar valor à produção e obter ganhos de competitividade.

Implantada numa área de 54 hectares, sendo 35 mil metros construídos, a esmagadora de soja produz óleo e farelo e, não por acaso, está localizada entre as instalações da Sadia e da Fiagril. Esta localização privilegiada permitiu em 2008 a construção de um “fareloduto” com aproximadamente 200 metros, conectando a esmagadora de soja à fábrica de ração localizada no complexo industrial da Sadia. Naquele mesmo ano, a Amaggi já estudava a implantação de um duto para o transporte de óleo de soja até a usina de biodiesel da Fiagril.

A implantação deste sistema interligado de produção entre Amaggi, Sadia e Fiagril reduziu consideravelmente os custos com transporte e matéria-prima para as empresas envolvidas. Do ponto de vista deste arranjo territorial pode-se dizer, com efeito, que as grandes empresas ligadas ao sistema agroalimentar definem suas estratégias com a finalidade de tornarem-se mais competitivas no mercado internacional e, neste sentido, a “logística materializada no arranjo físico-territorial” (Lima, 2008:173) permitiu ganhos significativos com a redução nos custos de produção.

Imagem 15

Perímetro urbano Lucas do Rio Verde, 2007



Fonte: Plano Diretor

3.2- A cidade: as transformações com a chegada da cadeia de carnes e o atual cenário da área urbana

As alterações no meio urbano não irão parar em 2005, pelo contrário, junto com a instalação da Br Foods virão inúmeras transformações na estrutura material e social da cidade. A agroindústria surge como um novo personagem naquele espaço fronteiro, exigindo do meio urbano e rural uma série de adaptações necessárias para a sua (re) produção.

De acordo com a prefeitura municipal, o primeiro passo para a verticalização e diversificação da economia foi dado em 2005 com a construção da Usina Canoa Quebrada, resultando na geração de mais de 28 megawatts de energia, e se consolidou com a implantação de uma indústria de alimentos, a Sadia S/A, atraindo no seu rastro dezenas de empresas nos mais diversos ramos de atividade, assim como, trabalhadores dos quatro cantos do país.

Em Lucas do Rio Verde este tipo de arranjo produtivo se consolidou em três grandes projetos industriais que trabalham de forma integrada: as unidades agroindustriais da Sadia; a esmagadora de soja da Amaggi e a usina de biodiesel da Fiagril. A proximidade física entre as unidades produtivas destas empresas (imagem 14) permite a constatação da aglutinação de plantas industriais, conformando assim um sistema produtivo vertical cujo resultado é um “maior adensamento das relações intersetoriais” (Uderman e Menezes, 1998).

O ambiente urbano foi o que mais sofreu alterações em suas formas, funções e estrutura, pois é na cidade que temos a maior concentração de novos fixos e fluxos, importantes tanto para o ambiente fabril quanto para a agricultura e para a população residente atraída pela nova dinâmica.

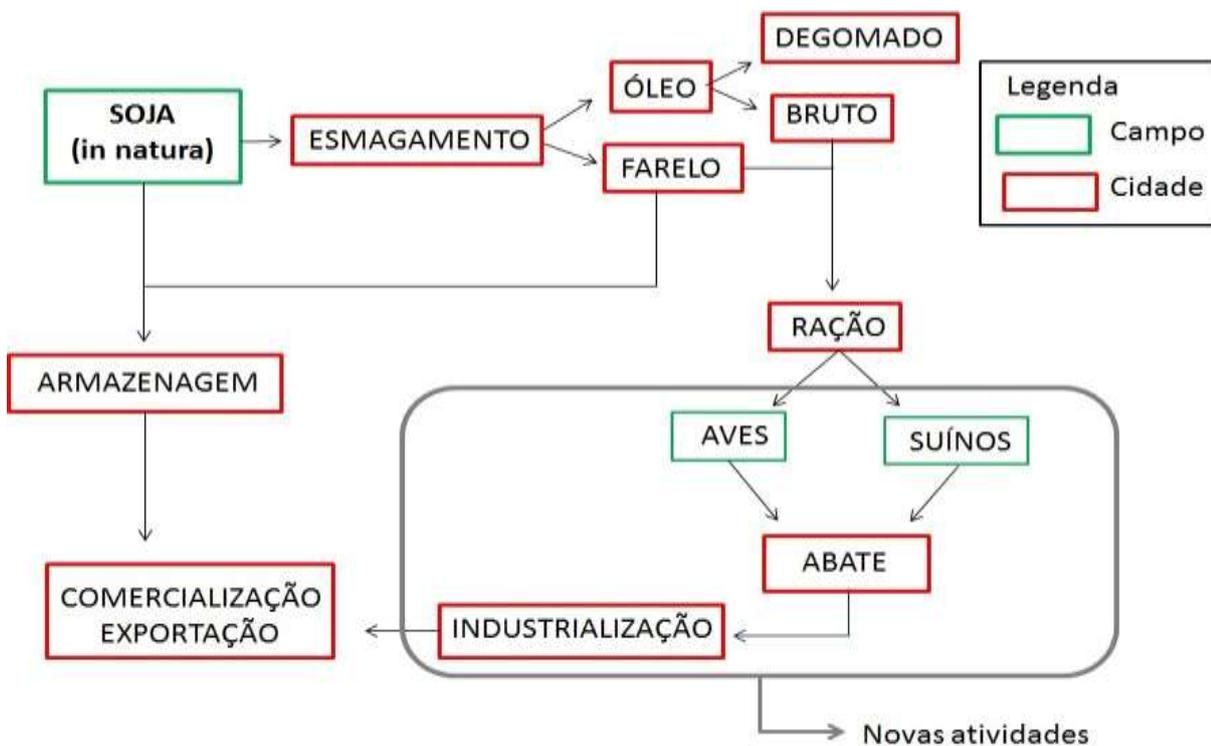
Contudo, não podemos pensar essas cidades dissociadas do campo, devido à forte interdependência entre esses dois espaços. Com a instalação da indústria de carnes, esta relação se intensificará. A indústria vem constituindo cada vez mais condição do processo de transformação da agropecuária realizada nos espaços urbanos, tanto a montante (concessão de máquinas, insumos e produtos industriais no geral) como a jusante (transformação dos produtos primários) (Elias, 2006). Quanto maior for a especialização

produtiva do campo e seu respectivo conteúdo em ciência e informação, maior será a urbanização e a inter-relação entre o campo e a cidade (Frederico, 2011).

Por se tratar de uma relação interdependente entre a cidade e o campo, devemos considerar que, com a transformação da cidade, o campo também precisou passar por alguns reajustes. No campo, foi necessária maior presença de tecnologia para intensificar a produção dos grãos, principalmente de soja e milho, e para gerar o aumento da escala de produção de aves e suínos, exigindo assim uma mão de obra qualificada, capaz de manipular equipamentos de precisão, e outros profissionais do campo moderno, como veterinários e agrônomos.

Para exemplificar um pouco mais esse cenário temos a imagem 16 apresentando o fluxograma simplificado da cadeia carne-grãos, que diferente da imagem 7, o fluxograma da cadeia de grãos, agrega novas funções para o campo e para cidade. Há uma ligação das cadeias por meio da ração produzida, essencial para alimentar as aves e suínos que, criados de acordo com as normas e sob a vigilância das agroindústrias, serão abatidos, industrializados e, por fim, comercializados.

Imagem 16: Fluxograma da cadeia carne-grãos



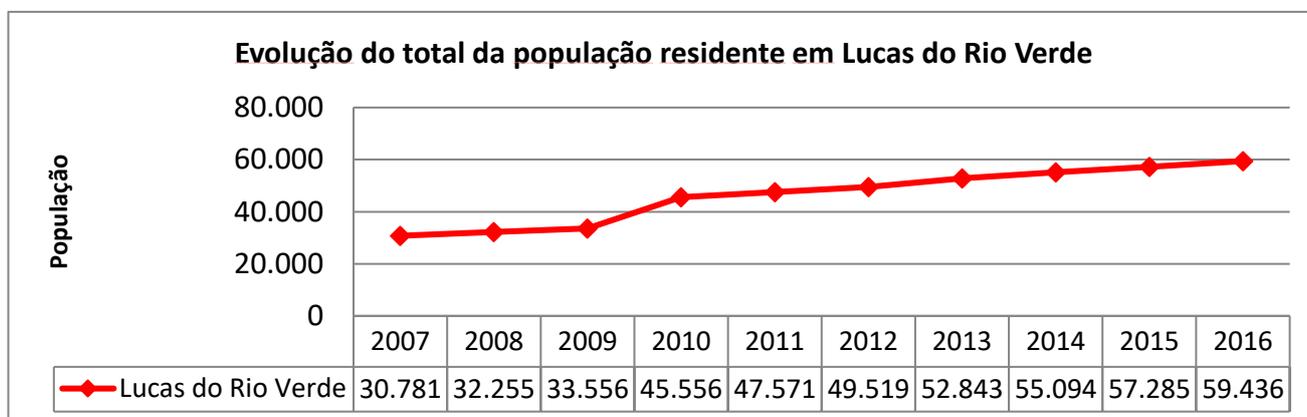
Elaboração: Israella Gabrig, 2016

É possível observar na imagem 16 que o campo agrega a função de criatório das aves e dos suínos, gerando ainda mais especialização para essa área, demandando de uma mão de obra também especializada como veterinários e pesquisas voltadas para intensificação do crescimento e desenvolvimento animal dentro das normas exigidas pela indústria. A cidade também receberá duas novas funções: abater e industrializar, funções que irão demandar recursos naturais e físicos em abundância (água, energia elétrica, grande espaço para instalações fabris, etc.) e uma mão de obra numerosa e com baixa qualificação, aspecto que será tratado em breve.

A cadeia de carnes intensifica a demanda de grãos, logo o campo precisará produzir maiores quantidades de soja e milho. Nesse sentido, é função da cidade se equipar de serviços de atendimento ao campo moderno, devendo-se destacar alguns deles: revenda de insumos químicos, mecânicos e biológicos, prestação de consultorias agrônomicas, logísticas, financeiras e de mercado, beneficiamento e processamento agroindustrial dos grãos, armazenamento e transporte de insumos e produtos agrícolas, fornecimento de crédito de investimento e custeio (via bancos e empresas privadas), comercialização dos grãos (via corretores e tradings), silos de armazenamento dos grãos, entre outros já citados anteriormente.

Nesse sentido, podemos afirmar que, junto com a chegada da cadeia de carnes, também se instalam uma série de fixos e fluxos no espaço urbano que irão refletir na estrutura social e material das cidades, podendo-se citar inicialmente, como primeiros impactos sociais, o grande aumento populacional nos centros urbanos.

Gráfico 07



Fonte: Prefeitura Municipal. Elaboração: Israella Gabrig, 2017

No gráfico 07 está constatado o crescimento gradativo e positivo da população residente no município até o ano de 2016. Contudo, entre 2009 e 2010 há o maior crescimento visto no município, atingindo 36% de variação. Devemos considerar que este crescimento, desde 1997 (gráfico 04) a 2016 (gráfico 07) está ligado intimamente com os movimentos migratórios e as demandas geradas por mão de obra.

O capítulo 2 nos mostrou o primeiro período econômico de Lucas do Rio Verde caracterizado pela consolidação dos grãos e pela chegada da mão de obra sulista com raízes na agricultura. Entretanto, essa lógica se modifica intensamente com a chegada da cadeia de carnes, que necessita de numerosa mão de obra no processo produtivo de abate e embalagem, indo buscar sua força de trabalho nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para o estado do Maranhão. Há uma forte tendência de ocupação dos cargos mais qualificados e de melhores salários pela mão de obra sulista, ocupando a mão de obra nortista e nordestina cargos menos qualificados.

A BR Foods gerou, e ainda gera, no seu rastro, inúmeras indústrias e comércio, incrementando e fortalecendo a economia local. Com ela também vieram os novos migrantes, os novos “outsiders” desta fronteira, ou seja, aqueles que não eram sulistas “gaúchos”, e sim os maranhenses, piauienses e pernambucanos contratados para assumirem funções específicas no processo da industrialização da carne, assim como também houve a chegada de outros migrantes (em menor escala quando comparada aos nordestinos) de diversas origens atraídos pela potencialidade local.

Com a agroindústria um novo ordenamento territorial foi necessário para pensar a cidade frente aos novos obstáculos gerados por essa nova população, que não era mais temporária, mas residente e extremamente necessária para a cadeia. O crescimento populacional em um curto espaço de tempo também pode gerar impactos, levando os municípios a criar estratégias para minimizá-los e tornar mais atraentes os novos investimentos empresariais. Nesse sentido, ações públicas e privadas surgiram para suprir a necessidade de habitação por essa população crescente.

Inicialmente a BR Foods foi encarregada de construir habitações voltadas para seus trabalhadores, popularmente conhecida como a “vila da Sadia” (imagem 17). A vila nasceu junto com a instalação da Sadia no município e foi construída numa área determinada pela prefeitura municipal através da lei nº 1.475 de 28 de novembro de 2007. O texto da lei transferiu diretamente para a Sadia, sem concorrência pública, 1.500 (hum

mil e quinhentos) imóveis urbanos, cada um com 250 m², localizados nos loteamentos Luiz Carlos Tessele Júnior I e II, no setor industrial II.

Esta concessão tinha a finalidade de cumprir o Protocolo de Intenções firmado em 19 de setembro de 2005 entre o governador Blairo Maggi e a Sadia. Cada imóvel foi concedido no valor de R\$ 1.500,00 ficando a empresa responsável pela construção de uma unidade habitacional em cada um deles e “repassá-los aos seus funcionários sob pena de reversão dos referidos imóveis ao patrimônio público municipal (artigo 3º).

Imagem 17

Vila da Sadia em Lucas do Rio Verde



Fotografia: Israella P. A. Gabrig, 2013.

As casas são divididas em quartos para solteiros homens ou mulheres ou uma família, onde é descontado mensalmente e automaticamente do salário bruto 50 reais por solteiro ou 200 reais por família. Porém, somente a vila não é capaz de suprir toda a demanda de migrantes, ela só pode ser ocupada por trabalhadores da empresa. Apesar da Br Foods ser a maior força de atração de mão de obra, ela não é a única, portanto, não são todos os migrantes que chegam a partir de 2008 (e que continuam a chegar) que trabalham exclusivamente para a BR Foods.

O município passa a investir intensamente em moradia nas cidades, principalmente em casas populares do programa federal “Minha casa, Minha vida” (imagem 18). De acordo com a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, de 1997 a 2014 foram entregues mais 600 casas com parceira com a Caixa Econômica Federal, sendo 2.680 do programa “Minha casa, Minha vida”, totalizando 4.125 casas entregues até 2014.

Imagem 18: Casas de programas habitacionais em Lucas do Rio Verde



Fotografia: Israella Gabrig, 2013.

Importante também analisar a forma como os setores da economia irão reagir ao longo dos anos e, principalmente, após a BR Foods se instalar no município. Na tabela abaixo (tabela 2), temos o número de trabalhadores absorvidos nos setores da economia registrados pelo banco de dados da RAIS/CAGED, onde são compilados dados apenas da mão de obra formal.

O crescimento dos números é bastante nítido ao longo dos anos em todos os setores (com exceção o setor agropecuário), assim como o total da mão de obra absorvida. Como esperado, o ano de 2009 apresenta valores muito mais expressivos do que de 2006, destacando o setor da indústria com variação de crescimento de 556%, diretamente associada ao setor de indústria de alimentos e bebidas, ou seja, à BR Foods.

Tabela 2

Número de trabalhadores nos setores de atividades econômicas em Lucas do Rio Verde

Ano	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
2015	8.465	3.282	10.019	7.149	1.826	3.524	34.273
2012	9.570	3.018	8.233	6.045	1.717	4.356	32.949
2009	7.142	2.503	6.386	4.731	1.185	3.432	25.379
2006	1.089	939	3.198	2.526	1.004	2.420	11.176
2003	560	262	2.384	1.137	747	1.929	7.024

Fonte: RAIS/CAGED. Elaboração: Israella Gabrig, 2017.

Em 2015, o ano mais recente que a RAIS/CAGED disponibiliza, mostra o comércio liderando a maior absorção de mão de obra em Lucas do Rio Verde, ultrapassando até mesmo o setor de indústria, evidenciando um crescimento e uma vida

urbana muito mais consistente do que nos anos anteriores. O setor da indústria segue como o segundo que mais absorve mão de obra, seguindo o setor de serviços, agropecuária, construção e administração pública, respectivamente.

Contudo, há informações intrínsecas nos dados da tabela 2. Devemos considerar outros dois dados gerais são importantes destacar: o primeiro sobre o setor da construção civil, que assistiu grande valorização no processo de reestruturação urbana, principalmente com a chegada da cadeia de carnes e com o aumento populacional, demandando por muitas construções nas áreas urbanas. Mas os dados não representam tanto esse crescimento, isso pode ser explicado por se tratar de um setor que muitas vezes emprega mão de obra informal, enquanto a RAIS, sistema onde foram coletados os dados, trabalha apenas com a mão de obra formal.

Outro setor a ser destacado é o da agropecuária, sendo esse o setor base desses municípios, não havendo um crescimento elevado, até mesmo apresentando uma queda de 2015 para 2012, demonstrando mais uma vez ser um setor com alto nível técnico e mais seletivo, pois não gera demanda de uma numerosa mão de obra, e sim de uma mão de obra qualificada e seleta.

Importante também considerar que muitos impactos são gerados graças ao grande e rápido crescimento populacional. A crescente valorização imobiliária e verticalização do solo urbano, o elevado custo de vida, tanto pela valorização do solo quanto pela sobrevivência do dia-a-dia, o aumento da criminalidade e das áreas de pobreza, as desigualdades socioeconômicas, a rede hospitalar, o saneamento básico não contemplando boa parte da população, e a coleta de lixo ineficiente, são alguns impactos e problemas em maior ou menor grau presentes.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, aproximadamente 91,27 % dos domicílios possuem água encanada e 99,23 % possuem rede de energia elétrica, porém, somente 21,73% são atendidos por rede de esgotamento sanitário, levando a maioria dos domicílios a despejar seus resíduos em fossas sépticas ou fossa rudimentar.

Por fim, temos a tabela 3 apresentando dados sobre o rendimento familiar nos anos de 2000 e 2010. Em 2000, cerca de 38,98% das famílias possuía rendimento até três salários mínimos, aumentando essa porcentagem para 87.14 % em 2010. Esses grupos de

renda são limitados, devia ter até 1 SM e mais de 10 SM incluídos. Mas não sei se dá tempo.

Tabela 3: Rendimento familiar em Lucas do Rio Verde. 2000-2010

Total	2000		Total	2010	
	Até 3 SM	%		Até 3 SM	%
5.165	2.262	38,98	13,769	11.998	87,14

Fonte: IBGE/Censo Demográfico. Elaboração: Israella Gabrig, 2013.

O PIB per capita não representa de forma real o rendimento da maioria da população, e após dois anos da instalação da Br Foods no município, no ano de 2010, houve um aumento significativo de famílias que recebem até três salários mínimos, o que pode ser correlacionado principalmente com a população numerosa nordestina. Ou seja, com a chegada da agroindústria a tendência é aumentar o PIB, contudo, isso não garante uma distribuição equilibrada entre a população, ao contrário, podemos afirmar de acordo com esses dados que a agroindústria “empobreceu” a população residente. Portanto, a riqueza produzida pelo campo moderno eleva os índices sociais médios das cidades do agronegócio, mas mascara a realidade da maior parte da população residente.

Deve-se ressaltar que a Br Foods, além de alterar a composição social da cidade, também vai ser uma grande força motriz na expansão urbana. A rapidez em transformar a paisagem é uma forte característica das cidades do agronegócio na BR-163 mato-grossense, e não será diferente em Lucas do Rio Verde. Somando a facilidade de transformação do cenário urbano com a necessidade real de mudança e expansão da cidade, apresentamos duas imagens abaixo: a primeira (imagem 19), no início da construção da nova sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde no ano de 2010.

Esse novo projeto de construção influencia diretamente na expansão da área urbana, significando que o antigo sentido da organização estava sendo insuficiente para atender as novas exigências; assim, previa-se que a nova Prefeitura Municipal impulsionaria um novo sentido ao crescimento da área urbana.

Imagem 19

Construção da nova Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde.



Fotografia: Israella P. A. Gabrig, 2012.

No decorrer de dois anos, tempo relativamente curto para o levantamento de uma obra de tal porte, a nova Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde estava em pleno funcionamento (imagem 20), incluindo ao seu redor o asfaltamento, a jardinagem, a sinalização e a energia elétrica, em bairros já povoados e em outros sendo construídos, confirmando a hipótese traçada inicialmente sobre o sentido da urbanização

Imagem20

Nova sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde



Fotografia: Israella P. A. Gabrig, 2014

A expansão urbana se torna evidente com a consolidação da cadeia carne/grãos, levando os estoques de terra a serem ocupados rapidamente pela construção de novos bairros. Mais uma vez faremos uso de imagens de campo para exemplificar este caso, como na imagem 21, onde é possível observar o espaço reservado para o crescimento da

cidade. Na paisagem dessa área, em 2012, havia ainda o uso das terras não ocupadas para plantio de grãos.

Imagem 21

Área de expansão urbana em Lucas do Rio Verde



Fotografia: Israella Gabrig, 2012

Neste caso, temos a presença de atividades do campo em áreas de expansão urbana, mostrando que cada espaço da cidade é racionalizado e possui uma função estabelecida, mesmo que provisória. Não existem espaços vazios sem intencionalidade e sem planejamento nas cidades do agronegócio.

Devemos considerar também que o registro realizado envolve uma das chácaras dos poucos pequenos agricultores que ainda restam e resistem à ordem impositiva do agronegócio. Os pequenos produtores cultivam hortaliças e vegetais que, a priori, seriam destinados às merendas escolares, e até mesmo produção de leite e derivados em pequena escala. Porém, como já mencionado anteriormente, há a produção ativa de grãos (soja e milho) na área, assim como moradores (ver imagem 22), ou seja, todos estão destinados a receber diretamente os tradicionais componentes químicos emitidos para as plantações¹⁰.

¹⁰ A contaminação da população residente, da água, do ar e de animais devido à pulverização de agrotóxicos em Lucas do Rio Verde já se tornou notícia em todo o Brasil através de jornais como a Folha de São Paulo em abril de 2015. O jornal denunciou a presença de resíduos de agrotóxicos em leites maternos, mostrando que 100% das amostras coletadas de mulheres do município foi encontrados ao menos um tipo de princípio ativo desses produtos. Houve também o monitoramento realizado pelos pesquisadores

Imagem 22

Área de expansão urbana de Lucas do Rio Verde



Fotografia: Israella Gabrig, 2013

Atualmente o município vem apresentando novas saídas para o crescimento da cidade, como transpor a BR-163 para fora da cidade, propondo um novo sistema viário. Esse projeto, em execução, altera a composição tradicional das cidades (lado esquerdo da rodovia destinado à urbanização e direito para industrialização), pois o que hoje é a BR-163 será transformado em uma grande avenida (ver imagem 23)

da UFMT e da Fiocruz que apontaram a presença de resíduos de vários tipos de agrotóxicos em 88% das amostras de sangue e urina dos professores.

Imagem 23

PROPOSTA DO NOVO SISTEMA VIÁRIO URBANO



Fonte: Plano diretor, 2015.

No caso, observamos o perímetro urbano na imagem 23 circulado com uma linha roxa, representando esta o novo anel viário proposto, que também limitará a expansão urbana. O intuito, segundo a Prefeitura Municipal, é garantir mais segurança ao tráfego

de pedestres e ciclistas, assim como também disciplinar o tráfego de cargas, garantindo fluidez nos trejeitos e nas operações de transbordo.

A cidade, aos poucos, vai se transformando e se remodelando, de acordo com a evolução orgânica, mas principalmente frente aos interesses e às necessidades do agronegócio e seus representantes das mais diversas escalas de atuação.

3.3. Alguns agentes modeladores da cidade: uma breve análise

Devemos considerar que, em uma sociedade capitalista, a cidade e o espaço urbano (seja referente à rede urbana ou intra-urbano) constituem um produto social, fragmentado, articulado, cheio de símbolos e campos de lutas, sendo também resultado de ações acumuladas ao longo do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.

Nesse sentido, podemos afirmar que, no sistema econômico atual o espaço urbano surge e se desenvolve por e a partir da ação de agentes sociais concretos, dotados de interesses e de estratégias, não se tratando, portanto, de um espaço produzido a partir do resultado da “mão invisível do mercado”, e nem de um capital abstrato, ou de qualquer ação que possa emergir fora das relações sociais (CORRÊA, 1989, 2011). Segundo Capel (1974), a cidade e o espaço em geral não pertencem aos seus habitantes e não são modelados em função de seus respectivos interesses, mas de acordo com as intenções, muitas vezes contraditórias, de uma série de agentes.

A fim de um maior aprofundamento no tema e de torná-lo mais didático, alguns autores classificaram tipos ideais de agentes responsáveis pela modelagem e articulação do espaço intra-urbano. Nesse sentido, Corrêa (2011), utilizando o mesmo mecanismo de análise, elenca os seguintes agentes responsáveis pela transformação da cidade:

“[...] proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os Estados e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos como ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles

associados à estética, status, etnicidade e sacralidade” (CORRÊA, 2011, p. 44).

Porém, é preciso ressaltar que a seleção dos tipos ideais é mais para fins didáticos do que para uma representação rígida da realidade, sendo um ponto de partida para as demais análises. Nesse sentido, para que possamos considerar tais tipologias para análise das cidades do agronegócio, é importante adequá-las a este cenário, que possui importantes especificidades e que não podem ser ignoradas. Portanto, devemos considerar que os próximos itens têm como objetivo destacar as ações mais relevantes dos principais agentes que produzem e modelam as cidades do agronegócio da BR-163 mato-grossense.

3.3.1 – O agente do poder público

Inicialmente devemos apontar como uma das características das cidades do agronegócio a intensa integração dos agentes em múltiplas funções de modelamento do espaço intra-urbano, ou seja, um agente detém o poder de influenciar um ou mais campos, como por exemplo: é comum o proprietário de uma produção agropecuária nas cidades do agronegócio da região concentrada da soja (e talvez em outras regiões) também ocupar cargos públicos no governo municipal, estadual e federal, facilitando, desta maneira, conquistar direitos, estabelecer leis e regulações para o melhor desenvolvimento da atividade agropecuária. Isto explica a grande representatividade da bancada ruralista no congresso nacional e suas intenções. Portanto, o poder público e o poder privado nessas cidades podem muitas vezes possuir o mesmo interesse, pois são compostos praticamente pelos mesmos indivíduos, e como resultado dessa interação, os conflitos tendem a diminuir, ou até mesmo desaparecer.

A ação do Estado se insere em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. A cada nível a sua atuação será diferente, mas é na esfera municipal que os interesses se tornam mais evidentes, pois a legislação garante ao poder municipal maior força de atuação no espaço urbano. A atuação deste agente vai além da implantação de serviços públicos (sistema viário, saneamento básico, educação, iluminação, água, etc), atingindo uma multiplicidade de papéis que o torna extremamente ativo, tanto na divisão econômica da cidade, quando na divisão social, incluindo ações como: estabelecer o marco jurídico de produção e uso do espaço, produzir as condições de produção para outros agentes sociais, tornar-se promotor imobiliário investindo na

produção de residências em determinado local para determinados grupos sociais, podendo reforçar a segregação residencial no espaço intraurbano.

Capel (1974) chama a atenção para o papel subsidiário que muitas vezes o Estado desempenha ao atender as necessidades não satisfeitas pelo poder privado, sendo as construções de habitações um dos casos mais claros desta medida, pois constituem elementos indispensáveis para a reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, observamos claramente em Lucas do Rio Verde o aumento populacional após a chegada da cadeia de carnes, sendo esta população atraída para setores da indústria de pouca qualificação, ou seja, de baixa remuneração, e que depende de auxílio para se fixarem na cidade.

A fim de neutralizar o déficit habitacional, mas ainda privilegiando o planejamento e a ordem da cidade, o poder público passa a investir em casas populares voltadas exclusivamente para trabalhadores da BRF, bem como no programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, entregando no final ano de 2012 um total de 3.475 casas do programa. Mas vale ressaltar que a seleção de áreas para este ou qualquer outro tipo ocupação do solo urbano não é realizada ao acaso, pois são cidades extremamente planejadas sob a lógica da melhor repercussão do capital, portanto, comumente bairros populares, e as “vilas operárias” estarão localizadas em áreas menos valorizadas e próximas às áreas fabris.

Em suma, a atuação do Estado não é neutra, e visa criar condições de auxílio à reprodução da sociedade capitalista, tendendo a privilegiar os interesses do segmento da classe dominante, no caso do agronegócio, desempenhando um duplo papel de agente e árbitro: agente, na medida em que deve atender as necessidades não satisfeitas pela iniciativa privada, e árbitro na medida em que surgem conflitos e contradições entre os diversos agentes (CORRÊA, 1989; CAPEL, 1974).

3.3.2 – Os agentes do poder privado

De acordo com a classificação de Corrêa (1989), os agentes que fazem parte do poder privado são: os proprietários do meio de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Ao considerar o primeiro tipo, o autor faz menção principalmente às grandes indústrias e empresas, destacando-as em grandes consumidoras

de espaço. As características básicas deste agente é a necessidade de terrenos amplos e baratos que possam satisfazer requisitos locacionais apropriados às suas atividades.

Contudo, a sua presença pode deflagrar uma forte especulação fundiária, gerando, entre outros efeitos, aumento no preço da terra (o que pode ocasionar conflitos com os proprietários fundiários e com os promotores imobiliários), atingindo os salários da força de trabalho. A solução desse conflito ocorre através da presença junto ao Estado, como a instalação de infra-estrutura necessária às suas atividades e criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho.

De fato, as indústrias ligadas à cadeia carne/grãos necessitam de amplos espaços para a sua instalação e funcionamento, mas em termos de comparação, podemos destacar a agroindústria de carne, no caso a BRF, como maior consumidora de grandes áreas e também mais exigente no que se refere às normas a serem seguidas pelo município para o seu pleno funcionamento.

A BRF em Lucas do Rio Verde consome mais 145.000,00m² de área, que compreende um incubatório, aviários de corte, granjas de suínos multiplicadoras e terminadoras, um abatedouro de aves e outro de suínos, mais a área de industrializados, constituindo uma indústria agroalimentícia cuja planta é capaz de formar a maior cadeia carne/grãos do Brasil.

As alterações do espaço intra-urbano não são apenas referentes aos novos arranjos de fixos dentro da cidade, mas também no que se refere às regras que o espaço urbano é submetido para que esta agroindústria possa atingir o seu melhor desempenho, como por exemplo a necessidade do isolamento da unidade através de um cordão sanitário e proibição de qualquer outro tipo de criação de aves no perímetro urbano, a fim de evitar qualquer contaminação da produção em uma eventual epidemia aviária.

Ao produzir o próprio espaço, o proprietário do meio de produção também irá interferir diretamente na localização de outros usos de terras, como a localização de bairros populares mais próximos, e de bairros de status mais afastados, a criação de zonas industriais que possam abrigar outros tipos de indústrias complementares à atividade principal (ou mesmo de outros ramos, mas que utilizam a mesma matéria prima, no caso os grãos), etc.

Em contrapartida, os proprietários fundiários objetivam maior renda de suas propriedades, seja nas áreas urbanas ou rurais, mas não se observa na cidade do agronegócio o intenso interesse de conversão da terra rural em urbana, pois a produção no campo é de extrema importância para o crescimento econômico.

Possivelmente, neste tipo de cidade, teremos também a interação dos proprietários fundiários com os promotores imobiliários, pois trata-se de municípios que surgem a partir do processo da colonização privada, portanto, as colonizadoras que detém os estoques de terra irão capitalizar, lotear e definir padrões de construções até os dias atuais. Deve-se ressaltar que a ação dos promotores imobiliários, agindo separadamente ou não, não ocorre homoganeamente no espaço, mas de forma desigual, reforçando ainda mais a segregação residencial, e, assim como os proprietários fundiários, possuem o valor de troca como objetivo no mercado.

3.3.3 – Os agentes sociais excluídos

Corrêa (1989) destaca os agentes excluídos com forte influência no espaço intra-urbano a partir da sua relação com a habitação. O autor explica que o acesso à habitação é seletiva, onde enorme parcela da população não possui condições financeiras para pagar o aluguel ou comprar um imóvel decente; sendo assim, a possibilidade de moradia são os cortiços, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e a favela.

Porém, é apenas na favela (em terrenos públicos ou privados invadidos) que encontramos grupos sociais excluídos onde realmente podemos considerar um agente modelador, produzindo o próprio espaço e representando uma forma de resistência e sobrevivência às adversidades e que lutam pelo direito à cidade. No caso deste tipo de cidade do agronegócio, não podemos afirmar que há de fato o processo de favelização, na medida em que estamos tratando de cidades novas, pequenas ou médias, o que facilita o planejamento e a intensa regulação do espaço pela Prefeitura Municipal e o maior controle populacional, não havendo casos disseminados de favelização.

O que podemos considerar nessa região como área de habitação para moradia de grupos sociais excluídos são os conjuntos habitacionais voltados para os trabalhadores do complexo agroindustrial e as casas populares do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, ambos construídos pelo Estado. Portanto, neste caso, esta população excluída não

é considerada como agente modelador, pois está vinculada à lógica de um agente social (proprietário do imóvel, o proprietário fundiário da periferia e o Estado).

Mas, ao invés de grupos excluídos, poderíamos propor a criação de outro tipo de agente com maior poder de interferência nestas cidades, como os grupos migratórios, tomando como recorte os dois períodos de maior destaque: 1980 e 2000. O processo migratório interfere na organização do espaço urbano não só por estar associado apenas ao fluxo de pessoas, mas também por estar diretamente interligado com os hábitos e costumes locais e regionais arraigados nos indivíduos, que serão reproduzidos no cotidiano e materializados no espaço, podendo influenciar no dinamismo urbano, na modelagem da cidade e nas relações sociais.

A população residente divide-se, basicamente, entre a pioneira e a atraída a partir do novo dinamismo da cadeia carne/grãos após os anos 2000. O pioneirismo se constituiu, como mencionado anteriormente, majoritariamente pelos gaúchos (é considerado gaúcho nesses municípios aquele que veio tanto do Paraná, de Santa Catarina, quanto do Rio Grande do Sul), muitas vezes ocupando cargo de status e possuindo maior poder político, econômico e social.

Podemos encontrar a cultura gaúcha como predominante nesses espaços, construindo um imaginário e o simbolismo do “forte desbravador” capaz de enfrentar todos os desafios para o erguimento e desenvolvimento da cidade e, portanto, digno deste espaço. As representações são claras e bastante presentes: estátuas e monumentos espalhados por toda cidade, nomeação de ruas e avenidas com nomes de estados e cidades da região Sul, datas comemorativas como “o Dia do Gaúcho” e semana farroupilha (imagem 24), presença do chimarrão, além dos Centros de Tradições Gaúchas (CTG) que reproduzem os costumes da cultura em pleno território mato-grossense.

Imagem 24



Semana Farroupilha

Instituída a partir de 1947, relembra a revolução farroupilha, marco na história da formação política da sociedade rio-grandense. A revolução, iniciada em 20 de setembro de 1835, motivada pela excessiva centralização do poder na corte, pelos impostos abusivos, falta de investimentos em infra-estrutura e principalmente pela exaustão do sistema de governo (monarquia), durou cerca de 10 anos, envolveu sucessivos combates resultando em mortes heróicas.

Com a assinatura do tratado de paz de Ponche Verde, em 28/02/1845, o Rio Grande voltava a se tornar brasileiro, sem vencidos ou vencedores em condições honrosas e atendendo interesses recíprocos.

A semana farroupilha é um momento especial de culto às tradições gaúchas, transcendendo o próprio movimento tradicionalista gaúcho (MTG), envolvendo praticamente todos os descendentes, em locais organizados para festejos, participando das iniciativas do comércio, dos serviços públicos, das instituições financeiras ou das indústrias, encerra-se no dia 20 de setembro. "Dia do Gaúcho" aprovado pela lei estadual 36.180/95.

A semana farroupilha é a maior homenagem prestada ao povo rio-grandense e é um momento especial para olharmos nossa história e traçar o futuro a partir dos erros e acertos cometidos no passado

Apoio

Projeto 1ª Prenda Mirim 3ª Região Tradicionalista
Paloma C. Pinto - 13/09/2005



TIBIRISSÁ

Fonte: NOGUEIRA, 2006.

Em contrapartida, a cultura nordestina e nortista possui pouco espaço de atuação. Apesar de numerosa, e de maior proximidade geograficamente com o estado de Mato Grosso, a população migrante nordestina e nortista que chega à cidade nos anos 2000 possui ainda pouco espaço de representação referente à sua cultura. Podemos encontrar as escolas públicas incorporando a culinária local para a melhor adaptação do aluno, contudo, a maior expressão da cultura típica (dança, música, culinária, etc), é segregada junto aos moradores e ao bairro em que eles se localizam, em grande maioria voltados

para os trabalhadores das indústrias e para uma população de baixo poder aquisitivo. Não há muitos outros incentivos públicos para a interação dessa cultura com o restante dos habitantes, marginalizando-a e tornando difícil um diálogo entre elas (gaúcha e nordestina), gerando o afastamento entre ambas.

Considerações finais

O estado mato-grossense passou por grandes transformações nas últimas duas décadas: de um solo considerado hostil tornou-se o grande celeiro agropecuário brasileiro e competidor internacional, graças a incentivos federais e inovações tecnológicas.

O município de Lucas do Rio Verde, inserido nesse cenário de transformação, de investimento e das lógicas de colonização público x privada, hoje constitui um exemplo de um tipo de cidade do agronegócio, inserida cada vez mais na racionalidade global. Este é um município que desde o princípio buscou em sua organização urbana e no intenso planejamento do espaço atender exclusivamente às demandas do agronegócio global, sendo essa a principal característica que essencialmente forma uma cidade do agronegócio.

Através da produção da cidade, desde o primeiro período econômico e do investimento intensivo de tecnologia na agropecuária e na indústria, o município vem se tornando cada vez mais luminoso e fluido para empresários do agronegócio e para os agentes do capital. A partir da consolidação dos grãos, a cadeia de carnes veio diversificar a produção, tornando a cidade cada vez mais funcional, racionalizada, especializada, e com fluxos de pessoas, informação e produção cada vez mais intensos, sendo urgente e necessário haver o ajuste de acordo com as novas exigências e com a nova realidade.

A chegada da cadeia de carnes é um marco importante para as mudanças ocorridas na estrutura urbana e na transformação das funções, no espaço material e social, modificando não só os fluxos intra e interurbano, mas também as relações do campo com a cidade.

Assim como a cidade, o campo também vem sofrendo transformações significativas. A intensificação das funções já existentes e a inserção de novas irão redefinir ainda mais as suas relações com a cidade, remodelando as relações tradicionais e incrementando a presença da indústria e da ciência em todas as etapas do processo produtivo agropecuário, intensificando-se a interdependência campo/cidade.

O planejamento, a rapidez, a funcionalidade exclusiva ao agronegócio, bem como as contradições detectadas, está diretamente ligada à racionalidade imposta pelos atores hegemônicos. Os efeitos provocados são detectados na estrutura material das cidades, como a atração de novas empresas vinculadas ao setor de carnes, de silos e armazéns, o

aumento das áreas ocupadas tanto para habitação quanto para empreendimentos comerciais, mas também os que estão visivelmente presentes na estrutura social, marcada pelo grande aumento populacional vinculado à população migrante em busca de trabalho e suas condições de vida.

Contudo, não podemos nos prender apenas à análise do local, pois essa é uma atividade intensamente articulada que extrapola a escala da cidade (local) e se expande em diversas outras (global, nacional e regional), justapondo comandos, regras e tempos, muitas vezes opostos à realidade local, e afetando a organização do espaço urbano das regiões produtoras, de municípios colaboradores na produção e competidores, assim como toda a rede que engloba o circuito da cadeia carne/grãos.

O papel dos agentes modeladores da cidade do agronegócio define-se, resumidamente, pela atividade das elites locais (no caso, sulistas) aliadas às grandes corporações e *tradings* em sintonia com a ordem global. Contudo, há também a presença dos grupos migratórios, formando os estratos dos excluídos, de origem nordestina e nortista, que também constituem parte relevante da construção do espaço intraurbano por meio de uma relação interdependente de ambas as partes (elite local e excluídos).

Devemos considerar que Lucas do Rio Verde faz parte de uma região (BR-163 mato-grossense) com organização diferenciada das demais regiões produtivas do agronegócio, assim como o próprio município possui suas particularidades. Nesse sentido, o processo de produção da cidade e a própria organização urbana vem sendo materializada diferentemente de outros espaços, a exemplo de áreas do Sul do país ou do Nordeste.

Compreender o papel das cidades do agronegócio, principalmente no que tange ao processo de urbanização do Centro-Oeste, nos auxilia também a entender os jogos políticos, as novas formas de dominação e o exercício do poder segundo os interesses das grandes empresas nacionais e internacionais. Os esforços realizados não se esgotam por aqui, justamente por estarmos tratando de um recente cenário de extremo dinamismo, sendo necessário o aprofundamento no tema.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vicente Eudes. **“Barreiras (BA), Balsas (MA), Uruçui (PI): três cidades para o agronegócio”**, *Anais III Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2005

BAHIANA, Luís. **“Agentes modeladores e uso do solo urbano”**, *Anais da AGB*, v.XIX, 1978

BECKER, Bertha. Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégias, trajetórias, conflitos e alternativas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. p.319-367. In CASTRO, Iná Elias (org.) **Explorações geográficas; percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BERNARDES, Júlia Adão. **Modernização agrícola e trabalho no cerrado brasileiro**, *Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidade de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (54), 1 de agosto de 2007

_____, **Novas fronteiras do capital no cerrado: cadeia carne/grãos**, conferência proferida na 63ª Reunião Anual da SBPC, Cerrado: Água, Alimento e Energia, julho de 2011

CARDOSO, Karina Vianna. Cadeia carne-grãos na BR-163 mato-grossense: os circuitos espaciais da produção do segmento avícola da SADIA. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A Colonização Oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: ED. UFMT, 1994.

CAPEL, Horácio. **Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español**, *Revista de Geografía*, Barcelona, v.VIII, n.1-2, ene/dic. 1974, p. 19-56.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Agentes modeladores e uso do solo urbano na cidade capitalista**, *Colóquio Franco-Brasileiro de Geografia Urbana*, União Geográfica Internacional, Rio de Janeiro, 1979, p.1–13

____. *O espaço urbano*. 3^a ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

____, in: Ana Fani CARLOS, Marcelo Lopes de SOUZA e Maria Encarnação Beltrão SPOSITO, (organização), *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*, São Paulo: Contexto, 2011

CASTILLO, Ricardo & FREDERICO, Samuel. *Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro*. Revista Mercator, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza/CE, vol. 9, núm. 18, Jan./abr., 2010, p. 17 a 26.

CORRÊA, Roberto Lobato;. *Espaço: um conceito-chave da Geografia*. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Org.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A.. *A concept of Agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, Guilherme. “*Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965–2012)*”, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Rio Grande do Sul: UFRGS, 2012

DELGADO, Nelson Giordano. A agricultura nos planos de desenvolvimento do Governo Federal: do Plano Trienal ao III PND. In Benneti, M.D. (org.). *Desenvolvimento e Crise do Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul*. 2^a ed., Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

ELIAS, Denise, Agronegócio e desigualdades espaciais, in: Denise ELIAS e Renato PEQUENO (organização), *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006

____, *Relação campo—cidade, reestruturação urbana e regional do Brasil*, XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012

____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

____. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 49-66.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2000.

FIGUEIREDO, Joana Miranda. *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento: Realidades compatíveis no contexto Europeu?* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2005.

FREDERICO, Samuel. *O novo tempo do cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. 2009*. 273f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, 2009.

_____, “*As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira*”, *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5–23, janeiro–julho de 2011.

LAZZARINI, S. G.; MACHADO FILHO, C. A. P. Limites da agregação de valor: implicações estratégicas para o agribusiness. In: *Preços Agrícolas*, Ano 11, No. 126, CEPEA/FEALQ, pp. 15-20, 1997

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell, 1994

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. NDHIR, UFMT, 1982.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra de. *Políticas Públicas e Território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1973

_____. *Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo seu lugar no processo político*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JR., J. B. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MONDARDO, Marcos Leandro. GOETTERT, Jones Dari. **Frente de Expansão e Frente Pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade**. In Revista OKARA: Geografia em Debate. v.1, n.2, p.38-61, 2007.

NETO, Vitale Joanoni. **Fronteiras da Crança. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: EdUfimt, 2007.

PESSÔA, Vera Lúcia S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG)**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo, Rio Claro, 1988.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Interpretações sobre o Brasil*. In Maria Rita Loureiro (org.). 50 anos de Ciência Econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste. A influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1970.

ROCHA, Betty Nogueira *“Posse da Terra e Diferenciação Social em Lucas do Rio Verde (1970-1980)”*, XIII Encontro de História ANPUH, Rio de Janeiro, 2008

_____, **“A trama do drama: a trama das fronteiras e o drama dos migrantes nas configurações d desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT”**,2010.

ROLLO, Marco. A. P. *As novas dinâmicas do território brasileiro no período Técnico-científico-informacional: O circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no sul de minas*. 129f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro – SP, 2009.

SANTOS, Camila Dutra dos “*Agronegócio e reestruturação urbana e regional do oeste da Bahia*”, XXI Encontro de Geografia Agrária, 2012

_____, *Espaço e Método*, São Paulo: EDUSP, 2008

–, *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*, São Paulo: EDUSP, 2009

–, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro: Record, 2010

_____. *Técnica, espaço, tempo; globalização e meio técnico-científico informacional*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2008.

_____. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2005.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro & São Paulo: Ed. Record, 2001.

SANTOS, Henrique. F. *A outra face do agronegócio globalizado e as desigualdades socioespaciais: estudo de caso com a cafeicultura moderna no município de Alfenas – MG*. 2011. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Licenciatura) – Instituto Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Alfenas/MG, 2011.

SANTOS, Henrique. F e VALE, Ana Rute. *Modernização da agricultura e novas relações campo-cidade no atual período da globalização: algumas análises a partir do agronegócio cafeeiro no município de Alfenas – MG*. III Jornada Científica de Geografia, 2012. Unifal MG.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In **A Imigração e os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998

TANNURI, Aníbal Machado. *As estratégias dos assentados de Eldorado I e os impactos econômicos no município de Tapurah – MT*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e lutas*. Petrópolis: Vozes, 1993.

UDERMAN, Simone. MENEZES, Vladson B. Os Novos Rumos da Indústria na Bahia. Revista Econômica do Nordeste, v. 29, n. especial, p. 715-737, Fortaleza, julho de 1998.

WESZ JUNIOR, Valdemar João (2008). **Agricultura familiar brasileira frente às transformações do sistema agroalimentar contemporâneo: a verticalização da produção.** In: IV Congreso Internacional de la Red SIAL - Sistemas Agroalimentares Localizados, Mar del Plata, Argentina.

ZART, Laudemir Luiz. *Desencanto na Nova Terra: Assentamento no município de Lucas do Rio Verde – MT na década de 80.* Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1998.